



Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

### VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

#### a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

**Coligação Democrática Unitária** – Manuel Joaquim Pisco Lopes, Yolande Paule Juliette Cloetens, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

**Partido Socialista** – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

**Partido Social Democrata** – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

**CHEGA** – Luís Miguel Leitão Maurício.

**Bloco de Esquerda** – Vitor Manuel Freitas Rosa.

**Pessoas-Animais-Natureza** – Mariana Vieira Crespo.

**Iniciativa Liberal** – Flávio Miguel Matos Lança.

**Presidentes de Junta** – Luís Miguel Pombo de Magalhães Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra).

Estiveram presentes, por parte do órgão Executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins, a Sra. Vice-Presidente da Câmara, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Carvalho, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz, em substituição de Fernando Miguel Catarino José, Sandra Marina Lopes Frota, em substituição de Vitor Manuel Ramalho Ferreira, (conforme documentos registados sob os n.ºs 1 e 2, arquivados em pasta anexa à presente ata), e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição de Sónia Isabel Leal Maurício Martins (conforme documento registado sob o n.º 3, arquivado em pasta anexa à presente ata).

**b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato**

Da bancada da CDU apresentaram pedidos de substituição, João Afonso Almeida da Silva Luz, Afonso Augusto da Silva Luz, Manuel Paulino Galhanas Véstias dos Santos e Nuno Miguel Batista Lopes, conforme documentos registados sob os n.ºs 4 a 7, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Maria João Teigas Santos Palma, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes, Pedro Miguel Pereira Florêncio e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 a 13, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentaram pedidos de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho, Francisco Miguel Guerreiro Cabral e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 14 a 18, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentaram pedidos de substituição, o Presidente da União das Freguesias de Setúbal, Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído por Fátima de Jesus Carixas Silveirinha, a Presidente da Junta de Freguesia do Sado, Marlene Sofia Baião Caetano, tendo sido substituída por Dora Cristina Soeiro Mira, e a Presidente da Junta das Freguesias de Azeitão, Sónia Cristina Pereira Paulo, tendo sido substituída por José Manuel Lima Neves, conforme documentos registados sob os n.ºs 19 a 21, arquivados em pasta anexa à presente ata.

**c) Substitutos e sua posse**

Chamado a cidadã que se segue na lista da CDU, Anita da Conceição Birrento Vilar, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista da CDU, Rogério da Conceição Palma Rodrigues, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, João Miguel Cristóvão Mota de Sousa Fidalgo, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Natália Jennifer Watts Soares, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, João Manuel Ramos dos Santos, uma vez que Luís Miguel Macedo Alfaiate tinha renunciado ao mandato no dia 27/06/2024, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documentos registados sob os n.ºs 22 e 23, arquivados em pasta anexa à presente ata.

**d) Faltas**

Faltou o Deputado Municipal Nuno Miguel da Costa Gabriel, da bancada do CHEGA.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

**A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Presidente da Mesa** – Temos uma inscrição da senhora Maria Madalena, tem a palavra, pode-se dirigir ao púlpito e fazer a sua intervenção durante os 5 minutos a que tem direito (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata).

Atenção que esta gravação por vídeo não está autorizada pela própria e peço que suspendam o registo da intervenção, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

**B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS**

**Presidente da Mesa** – Antes de se começar a discutir as recomendações e requerimentos, tenho de pôr à consideração do plenário a admissão de dois documentos, uma recomendação e um voto de solidariedade que foram apresentados pelo Bloco de Esquerda já depois do prazo regimental. O membro da Assembleia ligou-me e disse que tinha tido um problema de saúde com a mãe e não tinha podido enviar a tempo e ficou de se colocar ao plenário, como é próprio do regimento, a admissão destes dois documentos para serem, também, incluídos na discussão do PAOD.

Há objeções à inclusão destes dois documentos? Não havendo, ficam incluídas no PAOD e depois discutiremos a seu tempo.

**a) Interpeleções ao Executivo**

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – A bancada da CDU tomou conhecimento que, no passado dia 19 de junho, reuniu com o Ministro das Infraestruturas, Manuel Pinto Luz, durante a qual foi abordada a questão da travessia fluvial do Sado, pode-nos dar alguns esclarecimentos sobre o resultado dessa reunião?

**Vítor Rosa (BE)** – Fazer duas perguntas muito rápidas. Foi recentemente retirado o terminal de Multibanco na zona do Viso, perto do Centro de Saúde, sendo que o terminal mais próximo, para quem vive naquela zona da cidade, é na Avenida Luísa Todi, causando transtorno a quem fazia uso daquele equipamento. O executivo ou a junta tiveram conhecimento e tomaram algumas diligências no sentido de evitar a sua retirada ou colocação noutra local próximo?

Outra questão, em relação à prorrogação da entrega do estudo de impacto ambiental da instalação da refinaria de lítio na Mitrena pela Aurora Lithium, o executivo é capaz de informar esta assembleia em que ponto se encontra este processo e se existe previsão da sua consulta pública?

**Rui Lamim (PSD)** – Desejamos interpelar o executivo sobre o terminal rodoviário da Várzea. É uma situação temporária ou era suposto ser uma situação temporária, entre o fecho da gare da Av. 5 de Outubro e a abertura do ITS? Hoje, não é mais do que um conjunto de paragens de autocarro a céu aberto e onde o seu estacionamento automóvel é, em grande parte, apenas um terreiro. A via que ali está implementada e que é a Avenida de Moçambique e que serve de terminal naquele novo troço é demasiado estreita e o pavimento já está abatido pela carga. Quando comparamos este pedaço da Avenida de Moçambique com aquele que foi construído há umas dezenas de anos vemos a grande diferença de qualidade. A pergunta é, o que pretende fazer o executivo para tratar esta degradante situação?

Uma outra interpelação ao executivo que tem a ver com os chamados modos suaves de mobilidade, não se vê quase ninguém a andar de bicicleta, as ciclovias que estão na cidade ocupam um precioso espaço neste meio urbano e estão cada vez mais vazias. Os percursos existentes são descontínuos e demasiado sinuosos.

A empresa de modos suaves que operava na cidade abandonou a operação. Este abandono deveu-se às condições colocadas no concurso público lançado por esta Câmara, condições que se manifestaram exageradas e que afastou a oferta destes serviços. Perguntamos, o que pretende fazer este executivo para o regresso dos meios de mobilidade suaves e partilhadas? E para quando a correção e aumento das ciclovias?

Uma outra questão que tem a ver com o automóvel, a quantidade de horas não trabalhadas e perdidas no trânsito em Setúbal continua a aumentar, falámos do aumento dos engarrafamentos automóvel na cidade e na falta de fluidez no trânsito. Um dos pontos negros é a entrada em Setúbal em Brancanes. Com o novo hotel e novos apartamento na zona, os engarrafamentos vão ficar pior.

O PSD tem vindo a sugerir, ao longo dos anos, a criação de vias alternativas numa lógica de melhoria das condições de mobilidade e aumento das condições de atratividade de Setúbal, é o caso da via circular externa, projeto que apresentámos há anos atrás entre a Estrada Nacional 10, antes de Brancanes, passando pelo norte do Bairro das Amoreiras e eventual ligação ao nó da A2. O que pretende fazer este executivo para resolver ou colmatar este ponto negro em concreto da entrada de Setúbal em Brancanes?

Uma última interpelação ao executivo que é sobre o turismo, qual é a situação da estabilização dos taludes da Fortaleza de São Filipe, a remodelação e ampliação da pousada?

**Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Potes-Alto da Guerra)** – Colocar aqui uma questão ao Sr. Presidente da Câmara, se já há alguma resposta da parte das Infraestruturas de Portugal em relação às várias solicitações que já foram feitas para que se desenvolvesse estudos para se construir as rotundas na Estrada Nacional 10, uma junto ao cruzamento do Vale da Rosa, outra frente à Farmácia das Pontes e outra na entrada para o Bairro da Bonita?

Ainda em relação às Infraestruturas de Portugal, não sei se já há uma resposta, pelo menos a junta nunca conseguiu qualquer resposta ao problema grave junto às bombas da Galp, nas Pontes, onde param ali camiões e quem sai de lá não tem qualquer tipo de visibilidade. Nós já enviámos isto para conhecimento da Câmara e enviámos para as Infraestruturas de Portugal, mas ainda não obtivemos qualquer tipo de resposta.

Outra questão que penso que é importante realçar aqui, já foram finalizadas duas obras de saneamento básico nas Pontes, uma que foi a primeira fase que apanhou parte da Rua Baía do Sado, a Rua dos Sete Olhos e também a Rua das Quintinhas. Sei que foi entregue na semana passada as telas finais por parte da empresa e a informação que tenho é que muito brevemente as pessoas vão poder fazer a ligação. O mesmo aconteceu na Rua Brejos de Canes, nas Pontes, havia uma parte dessa rua que não tinha saneamento e nem abastecimento público de água e, neste momento, essas obras também estão concluídas.

Deixar aqui uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara, já sabe ao certo quando vai arrancar a 2ª fase? A informação que tenho é que o concurso que foi aberto ficou deserto, um concurso no valor de 1 milhão e 200 mil, depois os Serviços Municipalizados já tinham conseguido uma empresa por esse valor. A verdade é que aquilo que nos transmitiram é que ainda não havia uma certeza se arrancava em agosto, ou se arrancava em setembro ou em outubro. Deixava esta questão e se me souber esclarecer sobre isto, agradecia.

**Mariana Crespo (PAN)** – Na última sessão da Assembleia Municipal, dia 29 de abril, foi questionado pela bancada do PAN acerca da situação ocorrida no lago do Jardim da Algodeia com a morte de vários peixes e outros animais. Na altura, a Sra. Vice-Presidente disse que teriam sido feitas análises às águas e que poderia partilhar oportunamente os resultados dessas análises, bem como das necropsias feitas aos animais recolhidos. Gostaria, assim, de questionar se já têm esses resultados e se os mesmos podem ser partilhados?

#### **b) Intervenção do Executivo**

**Presidente da Câmara** – Vou responder aqui a algumas questões, depois a senhora vereadora do Urbanismo dará outras respostas e também pedia ao senhor vereador Carlos Rabaçal para falar sobre a questão da 2ª fase do saneamento nas Pontes.

Relativamente à reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas, com um novo Governo o executivo municipal entendeu solicitar reuniões a vários ministérios e já tivemos esta reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação. Quanto a algumas questões que nos preocupam mais, designadamente esta questão da travessia do Sado, o Sr. Ministro referiu que esta é uma questão que ele considera que deve ser tratada com a Área Metropolitana de Lisboa e logo que tenha uma reunião com eles que esta questão será tratada lá. Creio que isto se enquadra naquilo que é o nosso pensamento relativamente a uma solução para terminar o contrato da travessia que existe hoje e encontrar-se uma solução que permita, de facto, haver um contrato público de transportes, o que não acontece hoje e que sirva, naturalmente, as populações, designadamente aquelas populações que têm um orçamento mais restrito, porque os preços que praticam naquela travessia não são acessíveis a esses orçamentos familiares. Portanto, nós achamos que, de facto, esta ideia que o Sr. Ministro transmitiu de que será um assunto que quer tratar com a Área Metropolitana, vai de encontro àquilo que nós pensamos.

Nós falámos com todas as entidades que de alguma forma, direta ou indiretamente, estão envolvidas neste processo a começar pela Administração dos Portos de Setúbal, Sesimbra e Lisboa, que é quem tem o contrato neste momento, falámos na Área Metropolitana com o a empresa de transportes metropolitanos e tudo se encaminha no sentido de se encontrar uma solução que possa ser enquadrada no âmbito até de novas responsabilidades em termos de mobilidade, que se espera a breve prazo que a Área Metropolitana de Lisboa venha a assumir. Esperamos que em breve o Sr. Ministro venha a ter essa reunião com a Área Metropolitana e que, de entre outros problemas e outros assuntos que dizem respeito à Área Metropolitana, esta questão seja tratada e que possamos continuar com este objetivo de o mais rapidamente possível termos uma solução de transporte público na travessia do Sado de forma que todos tenham oportunidade de utilizar essa travessia.

Relativamente à questão do Multibanco no Viso, não tinha conhecimento e agradeço, naturalmente, a informação. É uma situação de restrição crescente que tem vindo a acontecer no nosso concelho, o de retirar caixas de Multibanco em várias localidades. É uma preocupação que temos e, naturalmente, que nos cabe sensibilizar e chamar a atenção das entidades que têm esta responsabilidade. Conseguimos no ano passado o reforço de uma caixa de Multibanco no Mercado do Livramento, as outras soluções ou pedidos que nós temos feito não têm tido viabilidade.

Agradeço a informação, é mais uma questão que nós teremos de tratar neste âmbito.

No que diz respeito à questão do estudo de impacte ambiental do lítio, a senhora vereadora falará e também sobre o interface.

Quanto à questão que foi colocada sobre a situação da circulação automóvel em Setúbal, senhores deputados municipais, creio que a Câmara Municipal ao longo destes anos tem vindo a fazer um esforço no sentido de criar melhores condições de mobilidade na cidade, agora há questões que, dificilmente, sem haver outras alterações, que consigamos ultrapassar.

Quero-vos falar ou recordar o investimento e a decisão que tomámos de praticamente terminar com os semáforos na cidade de Setúbal. Progressivamente eles foram retirados ou foram desativados e investimos na construção de rotundas, que é uma forma necessária de acalmia do tráfego, com uma redução da velocidade na cidade e que, em termos ambientais, também contribui significativamente para uma melhor qualidade de vida, com efeitos positivos na saúde pública e isso nós temos feito, a qualificação das vias, tudo isso. Agora, isso também é uma questão que todos reconhecemos, é que todos os dias há mais carros a circular em Setúbal, os arruamentos não alargam.

Pedia, agora, que a senhora vereadora pudesse responder aqui às outras questões.

**Vereadora Rita Carvalho** – Respondendo à questão do estudo de impacto ambiental do projeto Aurora, ele foi entregue na autoridade da AIA, no passado dia 24, e agora a autoridade fará a consulta às diferentes entidades, entre as quais o Município de Setúbal.

Sobre as questões colocadas do interface da Várzea, efetivamente é um interface provisório e o que se verifica hoje é que tem muita utilização e acaba por fazer a distribuição de tráfego que merece uma reponderação sobre se deve ser provisória ou se deve ser garantido o seu funcionamento e se assim for, a melhoria das condições. Não é um depósito de paragens, é muito mais que isso, tem uma zona de estacionamento que vai ter uma intervenção a curto prazo, como se sabe, porque já deliberamos aqui sobre os empréstimos ou pelo menos já foi dado início ao procedimento do empréstimo. Neste momento estamos em avaliação com o operador do serviço de transporte público e com a Transporte Metropolitano da possibilidade ou da necessidade, sobretudo, de ser um interface mais definitivo do que provisório.

**Vereador Carlos Rabaçal** – Respostas muito rápidas, parece que o tempo está mesmo a acabar.

Em relação ao saneamento das Pontes, o concurso de 1 milhão e 300 mil euros ficou deserto, entretanto, conseguimos fazer um ajuste direto com uma empresa que assumiu a obra pelos custos pelo qual foi posta a concurso e o que está estabelecido com a empresa é que começamos esta obra retomando o saneamento das Pontes em setembro. A obra foi consignada na semana passada no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, agora segue-se com o processo legal, mas mete-se, ainda por cima, as férias de agosto e a empresa combinou connosco entrar em setembro. O que acontece é que a 2ª fase da obra das Pontes arranca em setembro.

Em relação ao Forte de São Filipe, a obra financiada acabou, vai ser fechada agora neste dia 30, a obra não está concluída, há coisas para concluir, estamos a discutir com a ESTAMO se ela assume os custos diretamente do que falta concluir ou se paramos de imediato a obra e se abre um novo procedimento por uma nova fase da obra, isto é, uma terceira fase. Nós enviámos uma missiva à ESTAMO, na próxima semana devemos ter uma resposta e dessa resposta depende duas coisas, a obra continua com o financiamento da ESTAMO, isto é, do Estado sem o financiamento comunitário, ou eles arranjam financiamento comunitário visto que eles é que pagam tudo ou então a obra que fechou na fase em que está com um apoio comunitário também fisicamente para se concluir o que falta, abre-se um novo concurso público, um novo procedimento para a 3ª fase da obra. É assim que está o processo.

### c) Recomendações e Requerimentos

1. **Recomendação “Plano de ação climática de Setúbal (PACS)” (PS)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Eunice Pratas (PS)** – Apenas para dizer que onde se lê “Plano de Ação Climática de Setúbal” deve-se ler “Plano Municipal da Ação Climática”.

A bancada do Partido Socialista também gostava de fazer uma proposta à Assembleia Municipal para que haja uma anexação das duas recomendações, do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista, sendo que temos alíneas deliberativas que se podem completar.

Também gostava de propor à bancada do Bloco de Esquerda que nessa anexação das duas recomendações, onde se lê “*Constituir neste órgão autárquico uma Comissão de Acompanhamento da Execução do PMAC, após a sua conclusão.*”, que coloquemos “*Constituir o Conselho Municipal Ambiental...*”, tal como é previsto no PMAC e esse Conselho Municipal tem uma das funções que é a Comissão de Acompanhamento do Plano Municipal da Ação Climática.

**Presidente da Mesa** – Não sei como é que se faz uma acumulação de textos, são os dois textos fundidos num só?

**Eunice Pratas (PS)** – A parte deliberativa, não sei se fui esclarecedora, desculpe.

**Presidente da Mesa** – Então, quais são os considerandos que ficam? Isso é complicado. Acho que é mais fácil votar as duas. É uma questão que temos de nos entender, versam a mesma matéria, mas é normal sobre a mesma matéria haver várias propostas. O que o PS está a dizer é que abdica dos seus considerandos se o Bloco incluir as suas propostas deliberativas na proposta que o Bloco apresenta, é isso? É melhor votar em separado. É complicado, alguém fica a perder.

**Simão Calixto (CDU)** – Ia sugerir que, apesar de votarmos em separado, discutíssemos os documentos em conjunto, porque eles versam praticamente sobre a mesma questão.

**Presidente da Mesa** – Isso é mais simples, pode-se discutir em conjunto e votar uma a uma consecutivamente, votamos esta e logo a do Bloco a seguir. Não há objeções?

**Vítor Rosa (BE)** – Não tenho objeções a fazer.

**Presidente da Mesa** – Então, vamos para a discussão das duas propostas sobre o plano de ação climática.

**Simão Calixto (CDU)** – Ambas as recomendações apresentam um conjunto de situações que a Câmara Municipal já está a desenvolver, este Plano Municipal da Ação Climática de Setúbal já foi apresentado no passado dia 6 de junho numa conferência internacional, no âmbito das Jornadas do Ambiente realizadas pelo município.

Uma das propostas do PS é alargar a discussão pública até setembro, na verdade, nesta apresentação e no conjunto destas Jornadas do Ambiente, a informação que foi dada é que a discussão pública deste documento vá para além destes meses e a ideia é até fazer um conjunto de reuniões em setembro e outubro para promover a discussão com a população, uma em Azeitão e uma outra que apanhe as freguesias de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra e do Sado.

Depois em relação à questão do envolvimento científico, que vem nos considerandos e depois numa das deliberações, este Plano Municipal de Ação Climática já resulta do envolvimento da comunidade científica, tendo até contado com a colaboração de um estudante da FCT que realizou a sua tese de mestrado com este âmbito, mas que nada impede que este contributo seja alargado e é nesse sentido, também, que creio que a Câmara e o Município estarão a fazer todos os esforços.

Relativamente à questão dos diversos conselhos municipais e do alargamento, foi encerrada há dias o período de discussão pública do Regulamento do Conselho Municipal de Ambiente, portanto, está em vias de este ser constituído e, também, estamos em crer que em setembro/outubro haverá condições para a sua constituição e que este plano seja lá discutido nas suas primeiras reuniões.

Em relação especificamente à recomendação do Bloco de Esquerda, não podemos deixar de assinalar que já temos constituída nesta assembleia uma Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal e que tem todas as condições para apreciar este documento e outros que versem sobre este tema e nesse sentido dispensamos a criação de mais uma comissão pelo que votaremos contra ambas as recomendações.

**Rui Lamim (PSD)** – Nós lemos estas recomendações e ficámos um pouco confusos, porque o Plano de Ação Climática de Setúbal foi apresentado dia 6, a única coisa que nós possamos apoiar no meio de todas estas recomendações, de todas estas palavras, é que o período de consulta pública seja alargado para recolher mais contribuições, isso parece-me razoável.

Parece-me, também, que estas recomendações saíram um pouco fora de tempo, não percebi qual é a oportunidade de elas saírem agora, enfim. Quando o plano foi aprovado por este município e apresentado dia 6, houve várias conferências acerca do assunto, portanto, não foi nada de secreto e ficamos confusos sem perceber qual é o timing destas duas recomendações aqui apresentadas hoje.

**Mário Aranha (PS)** – Foram tecidas aqui algumas considerações que necessitam de esclarecimento, é que formalmente o que existe são 30 dias de consulta pública, passados esses 30 dias já não há contributos que possam melhorar o documento, porque depois são recolhidos esses contributos, vai outra vez ser votado em reunião de Câmara, para depois ser aprovado aqui em Assembleia Municipal.

Achamos que 30 dias, de facto, é mesmo muito pouco e a tal conferência internacional que se realizou, pelo que se vê nas fotografias, estavam 20/30 pessoas presentes. Acho que isto tem, de facto, de envolver todo o concelho, tem de envolver o Instituto Politécnico e acho que seria muito mais enriquecedor e até nós todos aqui, enquanto membros da Assembleia Municipal, nos sentiríamos muito mais confortáveis se houvesse muito mais contributos por parte da população, da sociedade civil e, nomeadamente, uma componente que veio nesse plano e que tem a ver com a parte empresarial.

Gostávamos, obviamente, nós enquanto deputados municipais, ter um contributo e parece-nos, até formalmente, que é a altura certa para que esses contributos sejam recolhidos nesse período de consulta pública. De facto, no mês de junho, de uma forma muito discreta ou demasiado discreta para a importância do documento, por isso é que nós, de facto, queremos isto que é apenas e só melhorar e envolver o concelho.

**Eunice Pratas (PS)** – Quando li o Plano Municipal de Ação Climática, às 306 páginas, diz que é parte de uma tese de mestrado de uma estudante da Universidade Nova de Lisboa e compreendo isso e em termos de teoria científica e introdução está excelente com dados sobre a nossa região e sobre o clima de conceito que são completamente esclarecedores.

Vou dar um exemplo muito rápido, quando fala de *Local Climate Zones*, esta estudante de mestrado identifica medidas gerais na sua conclusão sobre o que deve ser feito em medidas gerais e isto baseado no Plano Municipal Metropolitano de Ação Climática.

Também o que é dito no Programa *Life* e no ODS, mas depois quando é afunilado para o concelho de Setúbal ele próprio refere que a monitorização deve ser contínua e que as medidas têm de ser especificamente para Setúbal. Ou seja, nós temos uma junção de vários planos de ação climática, de Lisboa, do PAC da Arrábida, do Programa *Life* e de investimentos do PRR baseado na ODS, baseado em programas ambientais da União Europeia, mas temos medidas concretas da ODS, tanto que há um site na tese de mestrado desta aluna, mas depois não temos medidas concretas para Setúbal.

Por exemplo, falo do Parque Urbano da Várzea, fala dos sumidouros de carbono. Onde é que vamos instalar estes sumidouros de dióxido de carbono? Como é que as empresas vão instalar? Que incentivos fiscais é que vão fazer? Realmente até houve uma reunião, que na tese de mestrado refere que foi com dirigentes autárquicos do nosso concelho e que vai existir incentivos fiscais, mas que tipo de incentivos fiscais? Como por exemplo, como é que as empresas vão gastar dinheiro a pôr sumidouros de dióxido de carbono?

As medidas são gerais, porque são aplicadas a toda a União Europeia com base no programa até 2030, mas depois, sendo até o nosso município um dos 37 num projeto piloto da União Europeia, não temos medidas específicas. O que nós utilizamos no nosso Plano Municipal de Ação Climática são as medidas gerais para os 37 municípios da União Europeia.

**Simão Calixto (CDU)** – Só quero informar esta Assembleia que, provavelmente, estiveram desatentos. A conferência do dia 6 está disponível no canal YouTube do Município, porque ela foi transmitida via *streaming* e está lá a gravação é só fazer uma pequena pesquisa.

Para além disso, vão ver que na conferência também foi anunciado que o Município, para além dos 30 dias que a lei obriga, vai alargar até outubro, precisamente com aquelas duas reuniões que eu referi.

Não, os senhores não deram isso a entender.

Em segundo ponto, são 91 medidas que estão naquele plano e cada uma delas tem uma ficha de como aplicar à realidade concreta em Setúbal. Os senhores, se calhar, fariam bem em começar a ver a apresentação do plano que está no YouTube e em seguida ler o plano para, evidentemente, passarem a ficar melhor informados.

**Mário Aranha (PS)** – Daqui se depreende que para a CDU um plano desta importância é verem uma conferência que está gravada no YouTube. Isto é a democracia da CDU e o envolvimento da sociedade civil. Obviamente que confiamos absolutamente na palavra do Sr. Presidente, mas formalmente o período de 30 dias está a acabar e, portanto, tem de ser tomada uma decisão formal por parte da Câmara de que esse período vai ser alargado.

**Vanessa Silva (CDU)** – Acho que esta última intervenção é uma atitude um bocadinho desesperada, porque é querer fazer um facto de uma coisa que não tem nada para criar facto. Na verdade, vocês pecaram pela falta de oportunidade, vieram a seguir às medidas já estarem anunciadas e eu acho que é curial que se assuma que se esta proposta tivesse vindo há umas assembleias municipais atrás, ela acrescentava, agora não acrescenta nada do que está feito e, portanto, é uma redundância. Sendo uma redundância, também é uma perda de tempo nesse sentido, porque as questões que vocês dizem que defendem já estão contidas no andamento do desenvolvimento dos trabalhos e, portanto, acho que deveriam ficar satisfeitos com isso.

**Presidente da Mesa** – Bem, então tenho de lembrar que estamos a discutir recomendações ao executivo e que as recomendações ao executivo a principal e mais objetiva é que haja uma prorrogação do prazo e um alargamento da discussão. Julgo ter entendido que é essa a intenção do executivo e que ele se formalize.

Por isso podemos passar à votação e o executivo terá de avaliar se já estão contempladas nas suas medidas ou se acrescenta às suas medidas previstas neste momento e julgo que a discussão não pode explicitar mais. Votamos as recomendações e depois o executivo fará a sua avaliação e tratará de as incluir em relação ao seu plano de trabalho para o plano de ação.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 14 votos a favor, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 4 abstenções do PPD/PSD.

## **2. Recomendação “Para a elaboração do Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)” (BE) (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)**

Não havendo intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 17 votos contra da CDU, 14 votos a favor, 10 do PS, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 4 abstenções do PPD/PSD.

3. **Recomendação “Por uma campanha de sensibilização acerca dos cuidados a ter na presença de javalis no Parque Natural da Serra da Arrábida” (PAN)** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Ana Rita Drouillet (CDU)** – A bancada da CDU, obviamente, que reconhece que esta questão dos javalis é um problema. Os javalis não deixam de ser animais selvagens que agora andam a circular pelas praias da Arrábida. no entanto, as praias estão num terreno que tem uma jurisdição própria e essa responsabilidade é do ICNF, não é da Câmara Municipal de Setúbal e temos alguma dificuldade em compreender como é que a Câmara reverteria a situação. Achamos que a recomendação está um pouco mal dirigida e, portanto, decidimos que nos iremos abster.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 10 do PS, 5 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 abstenções da CDU.

4. **Recomendação “Proposta criação de uma equipa de estudo para implementação da videovigilância” (CH)** (conforme documento registado sob o n.º 28, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vítor Rosa (BE)** – O CHEGA volta à carga com a sua deriva securitária com a qual não concordamos. Aponta na sua recomendação um conjunto de valores que depois não justifica, aumento de 12,9 delitos, sem especificar quais as suas razões objetivas e mesmo quando fala em criminalidade grave (em que está escrito “greve” e que deve ser um lapso) e que remete para generalidades mostrando valores de diferentes concelhos com realidades distintas da realidade do concelho de Setúbal.

Em nossa opinião, a segurança de pessoas e bens não passa por ter uma câmara de vigilância em cada esquina, porque bem lá no fundo, é aí que o CHEGA quer ir, mesmo que se diga que a sua colocação seja em locais públicos de uso comum, todos os locais públicos são de uso comum, logo quero ter o direito à minha privacidade, enquanto indivíduo que vive numa sociedade democrática e não policial e totalitária como escrevia George Orwell no seu livro de 1984 e como quer o CHEGA em 2024.

Votamos contra esta recomendação.

**Luís Leitão (CDU)** – Assinalamos que iremos votar contra e o mesmo partido que sistematicamente coloca em causa o resultado do RASI (Relatório Anual da Segurança Interna), quando este demonstra o caráter seguro do nosso país e concelho se socorre agora deste relatório para justificar a visão da cidade, é arame farpado que defendem para Setúbal.

As soluções mais adequadas para o combate à criminalidade devem ser encontradas no âmbito do trabalho desenvolvido em conjunto com as forças de segurança e não com palpites sobre videovigilância, nem damos para o peditório da limitação de liberdades individuais e coletivas ou da hiper vigilância das populações.

**Luís Maurício (CH)** – Estamos abertos a fazer algumas mudanças e melhorar esta nossa proposta, entre elas enviar para o Conselho Municipal de Segurança, se as outras bancadas assim o exigirem.

Porquê? Porque temos filhos, pais, pessoas idosas e hoje a videovigilância que tanto a CDU fala aprovou em Lisboa, agora novamente. A primeira vez que houve a videovigilância em Lisboa, a CDU aprovou, por isso, a CDU de Lisboa não deve ser diferente da CDU aqui de Setúbal.

Neste momento, a videovigilância foi aprovada em Portimão, foi aprovada no Entroncamento, foi aprovada em Almada, foi aprovada no Montijo, foi aprovada em vários concelhos. Acho que Setúbal não pode ficar atrás, infelizmente, porque a criminalidade está a chegar a números insuportáveis, está a chegar a um problema muito complicado e que devemos de agir da melhor maneira.

Este estudo foi feito sobre as liberdades, sobre a lei para todos os deputados estarem enquadrados na lei e antes desta proposta ser feita, foram tidas várias ruas com todas as forças de segurança, PSP, GNR, Polícia Judiciária e todos eles são a favor, por isso se as outras bancadas assim acharem que deva existir uma melhor forma, podemos enviar esta proposta para o Conselho Municipal de Segurança e aí logo vão dar o seu parecer.

**Eduardo Pinto (PSD)** – O Conselho Municipal de Segurança tinha elementos das bancadas desta Assembleia a fazer parte do mesmo, a partir de certa altura excluíram esses elementos. Esse Conselho Municipal de Segurança deveria emitir o relatório, não sei se emite ou não, e informar os deputados municipais.

O tema videovigilância aqui nesta casa já é muito antigo, fala-se sempre das privacidades e dessas coisas, o que é verdade é que quando há um crime onde quer que seja, a primeira coisa que se procura é se tinha câmaras de videovigilância.

Temos que ser perentórios nesta matéria, o que deve ser feito e visto, uma vez que já não temos participação nesse Conselho Municipal de Segurança, é um estudo nas zonas problemáticas da cidade e aí implementar essa videovigilância, não se trata de privacidade, trata-se de combate ao crime.

**Paulo Lopes (PS)** – Este tema da videovigilância é um tema recorrente aqui na Assembleia Municipal. Lembro-me que ainda numa Assembleia recente, houve uma proposta, julgo que até conjunta entre o CHEGA e a Iniciativa Liberal, nesse sentido. Como foi aqui dito os membros da Assembleia Municipal deixaram de ter acesso por imposição da alteração da lei, não foi por nenhuma decisão local, mas deixaram de ter acesso e houve já uma proposta aqui nesse sentido que, curiosamente, foi o PCP e o PSD que inviabilizaram essa recomendação.

O Partido Socialista está inteiramente favorável, como esteve na altura, de questionar o Conselho Municipal de Segurança sobre as virtudes e os pontos negativos de ter um sistema de videovigilância na cidade. Eu, pessoalmente, tenho algumas reservas sobre as questões da privacidade, mas também sou muito sensível quando as forças de segurança dizem que a videovigilância em certos pontos pode ter um efeito dissuasor em relação a certo tipo de crimes em locais específicos escolhidos na cidade.

O Partido Socialista acompanhará a proposta de alteração desta recomendação, não para a criação de uma equipa de estudo, entendemos que não faz sentido, acho que faz sentido esgotarmos todas as possibilidades que têm e que já estão constituídas que é solicitar ao Conselho Municipal de Segurança um parecer sobre a eficácia de termos um sistema de videovigilância aqui em Setúbal, se faz sentido ou não faz sentido, se é exequível ou se não é exequível, etc.

**Flávio Lança (IL)** – A Iniciativa Liberal, por regra, é contra a videovigilância, no entanto, e como já aqui foi referido, já apresentámos aqui uma proposta de videovigilância em locais que efetivamente se justifiquem e justificados pelas autoridades competentes. Estamos, obviamente, dispostos a poder acompanhar uma proposta nesse sentido.

Aquilo que consideramos foi que efetivamente, também, o deputado Paulo Lopes já disse, é que o Conselho Municipal de Segurança dever-se-ia pronunciar e emitir um parecer sobre este tema, apresentá-lo à Assembleia e a respetiva comissão poder analisar esse tema. É essa a nossa posição e também propomos aqui ao proponente que possa ir nesse sentido.

**Presidente da Mesa** – Agora estamos aqui a elaborar uma outra proposta, que se peça um parecer ao Conselho Municipal de Segurança. O que está expresso nesta recomendação é uma coisa diferente, é fazer um grupo de trabalho e aplicar. Julgo que o executivo e o Sr. Presidente estão a ouvir a discussão e poderão encaminhar essa recomendação para o Conselho Municipal de Segurança, uma vez que ela está em discussão aqui.

Se o autor da proposta, se o CHEGA entender que essa recomendação de analisar e produzir um parecer no Conselho Municipal de Segurança para vir à Assembleia Municipal e ao executivo é suficiente, isso seria uma alternativa a este texto.

**Luís Maurício (CH)** – Sim Sr. Presidente! Já é um caminho termos um parecer, termos uma resposta para começarmos a construir mais e deixarmos-nos pensar se a TV nos vai tirar privações, nos vai tirar direitos, se nos vai tirar algo, ou se nos vai ajudar no caso de haver algum crime e descobrir para chegarmos à verdade. Sim, é para seguir para o Conselho Municipal de Segurança.

**Presidente da Mesa** – Não me fiz entender, ou votamos esta recomendação como está, sim ou não, que tem outras medidas que é aplicar a videovigilância e fazer um grupo de trabalho, ou recomendamos a recolha de um parecer do Conselho Municipal de Segurança.

**Luís Maurício (CH)** – Recomendamos um parecer do Conselho Municipal de Segurança.

**Presidente da Mesa** – Então votamos esta e se o Sr. Presidente da Câmara se pronunciar no sentido de encaminhar o assunto ao Conselho Municipal de Segurança, fica esta proposta prejudicada, certo?

**Luís Maurício (CH)** – Sim, sim! Mas num tempo curto, não seja daqui a um ano ou dois.

**Presidente da Mesa** – Senhor Presidente, está de acordo com esta solução de solicitar o parecer ao Conselho Municipal de Segurança?

**Presidente da Câmara** – Senhor Presidente, obrigado por me ter questionado, mas como não tenho tempo, a Câmara não tem tempo não participa nestas questões. Creio que se a Câmara Municipal tivesse mais tempo poderia contribuir para um melhor esclarecimento.

Relativamente à questão que coloca tenho as minhas dúvidas, não tenho aqui o regulamento, mas tenho dúvidas que o Conselho Municipal de Segurança dê pareceres, que seja uma das suas competências. Naturalmente que se a Assembleia Municipal fizer essa recomendação, transmiti-la-ei ao Conselho Municipal de Segurança.

Não quero afirmar, mas julgo que a Assembleia Municipal está representada no Conselho Municipal de Segurança, não é uma certeza, mas é a minha convicção. Fica aqui este registo e irei verificar isso também e se a Assembleia deliberar essa recomendação, naturalmente, que colocarei essa questão ao Conselho Municipal de Segurança, que creio que vai reunir na próxima semana.

**Vanessa Silva (CDU)** – Se não é esta a recomendação que o CHEGA quer propor hoje, sugiro que retire a recomendação e que na próxima Assembleia proponha a recomendação que quer propor e que se vote. Porque acho que em órgãos políticos não há cheques em branco e, portanto, temos de ver qual é o texto da recomendação que este órgão, que é a Assembleia Municipal, deve emitir e o mesmo para com os outros partidos, pode haver outros partidos que entendem que até querem fazer uma recomendação nesse sentido, mas acho que deve vir por escrito. Se mantiver esta recomendação, na sua votação vamos ver quem é que está de acordo com a recomendação e quem é que não está.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal está no Conselho Municipal de Segurança em representação da Assembleia Municipal.

**Presidente da Mesa** – E só posso vincular o que a Assembleia Municipal decidir.

**Paulo Lopes (PS)** – Vou aqui ler um dos objetivos do Conselho Municipal de Segurança, “Aprovar pareceres e solicitações a remeter a todas as entidades que julga oportunos e diretamente relacionados com as questões de segurança e inserção social”, penso que está no âmbito do Conselho Municipal de Segurança dar parecer sobre este assunto.

Tendo um representante da Assembleia Municipal, que é o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, penso que podíamos fazer aqui a votação. Caso for possível, o CHEGA alterando isto, que era mandar o representante da Assembleia Municipal solicitar um parecer sobre esta temática.

**Presidente da Mesa** – Não tem problema nenhum, há vários caminhos para chegar ao mesmo sítio. Tratamos de recomendações ao executivo, uma recomendação ao próprio órgão ou uma auto recomendação não existe, tinha de haver uma deliberação, mas a vinculação é idêntica, a recomendação ser dirigida ao Presidente da Mesa ou ao Presidente da Câmara não é a mesma coisa. Na próxima reunião, a questão está em aberto, se o CHEGA pretender retirar esta proposta de recomendação fica subjacente a apresentação da solicitação do parecer ao Conselho Municipal? Não!  
Então está apresentada, não está retirada e vamos votar.

**Vítor Rosa (BE)** – A minha dúvida é o seguinte, já assisti aqui a certas coisas nesta Assembleia que, às vezes, já tenho dúvidas sobre como é que se trata de alguns assuntos. Se, de facto, a parte deliberativa é alterada, mas alterada com os mesmos considerandos, portanto, há aqui a questão de princípios que é, eu voto contra com base num conjunto de considerandos, e foi essa a minha declaração de voto, mas dizemos que afinal estes considerandos todos é para recomendar o pedido de um parecer, há aqui esta alteração, do ponto de vista de forma e de conteúdo, que colide com aquilo que é depois a parte deliberativa. Portanto, tenho muitas dúvidas e peço também aqui ajuda, sobre o que é que vamos votar de concreto relativamente a esta recomendação.

**Presidente da Mesa** – Mas não há razão para ter dúvidas, senhor deputado. Estou a colocar claramente, se o autor da proposta de recomendação considerar retirar a proposta do debate da Assembleia resultará, através do Presidente da Mesa, que vai estar presente e o Presidente da Câmara que ouviu o debate sobre o pedido de um parecer ao Conselho Municipal de Segurança, se não retirar vamos votar e acabou-se a discussão, porque dá o que der.

**Vanessa Silva (CDU)** – A proposta não foi retirada, mas a não aprovação da proposta não pode levar à conclusão que o Sr. Presidente da Assembleia está a propor, porque não estamos a discutir se o estamos a mandar a si para fazer uma recomendação de um parecer ao Conselho Municipal. O que estamos a discutir hoje não quer dizer que não possamos discutir num outro momento, nada a opor, mas hoje o que estamos a discutir é se votamos a favor, contra ou se nos abstermos em relação à recomendação que nos foi entregue. A outra discussão é para quando algum partido quiser trazer.

**Luís Maurício (CH)** – Senhor Presidente, como vemos não vamos avançar, vamos votar como está e numa próxima Assembleia vou fazer uma proposta para pedir um parecer ao Conselho Municipal de Segurança e a partir daí o Sr. Presidente já está legitimado para representar a Assembleia Municipal.

**Flávio Lança (IL)** – Só também para esclarecer, o deputado Paulo Lopes falou que uma das competências do Conselho Municipal de Segurança é emitir pareceres, no mesmo artigo, ponto 2, diz: *“Os pareceres referidos no número anterior, têm periodicidade trimestral, ou sempre que o Conselho decida emitir parecer.”* E no três, *“Os pareceres referidos no número um, são apreciados pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal.”* Até hoje nunca recebemos nenhum parecer. Era isso que queria dizer.

**Presidente da Mesa** – Porque é preciso que seja solicitado.

**Flávio Lança (IL)** – É preciso que seja solicitado, mas não acredito que a situação de segurança em Setúbal não implique que o Conselho Municipal de Segurança não tenha, até hoje, emitido nenhum parecer.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação rejeitada por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, 16 votos a favor, 10 do PS, 4 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 da IL, e uma abstenção do PAN.

## II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

### 1. Moção “Pela melhoria das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Setúbal” (CDU) – (conforme documento registado sob o n.º 29, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Manuel Fernandes (PS)** – Relativamente a esta moção apresentada, começo pelo título que diz “Pela melhoria das acessibilidades rodoviárias ao concelho de Setúbal”, ao concelho de Setúbal é a acessibilidade. O Partido Socialista, ao longo de vários anos a esta data, tem apresentado nesta casa, quer na reunião de Câmara, quer na Assembleia Municipal, vários documentos, várias propostas, várias recomendações no sentido de melhorar as acessibilidades e a segurança rodoviária no concelho de Setúbal.

A bancada da CDU teve a oportunidade de se pronunciar sempre acerca dessas propostas, quer através da vereação e do executivo, quer aqui nesta mesma Assembleia Municipal e nunca votou ao lado do Partido Socialista nestas matérias. Agora apresenta aqui uma moção que apenas visa a melhoria das acessibilidades ao concelho, ou seja, a bancada da CDU está preocupada com aqueles que nos visitam, que vêm de fora para dentro, não está preocupado com os cidadãos que moram cá dentro. Esta é a primeira conclusão que se pode tirar deste documento apresentado. Percebo o mau estar, lamento imenso, mas é a primeira conclusão a tirar.

Depois temos aqui um histórico na apresentação desta matéria, que diz respeito àquilo que foi feito pelo Partido Socialista relativamente a esta matéria. Em reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022, poderíamos ir a outros anos e até mesmo a outros mandatos, porque mesmo noutros mandatos esta matéria já tinha sido discutida, mas em reunião de Câmara de 21 de setembro de 2022, referia o Partido Socialista a inexistência de manutenção das passadeiras do concelho de Setúbal. Tem sido denunciado pelos autarcas do Partido Socialista, pois é algo que dificulta a mobilidade dos peões e coloca em causa a sua segurança. Em reunião de Câmara de 21 de junho de 2023, perante os inúmeros buracos identificados na via pública, um pouco por toda a cidade, os vereadores do PS questionaram o executivo da CDU sobre qual o tempo médio de reparação de um buraco na via pública no Município de Setúbal e não houve resposta. Em reunião de Câmara de 20 de julho de 2023, os autarcas do Partido Socialista chamavam a atenção do executivo municipal que, apesar de o empréstimo realizado pela Câmara Municipal para a compra de tinta para a reabilitação das passadeiras no concelho, estas continuavam por pintar causando grandes distúrbios à mobilidade e comprometendo diariamente a segurança dos peões e automobilistas.

A 29 de setembro do ano passado, em Assembleia Municipal o PS propõe uma recomendação que tinha como título “Pela melhoria da segurança rodoviária no concelho de Setúbal” e referia, como esta recomendação, a degradação contínua e aprofundada do espaço público do concelho, em especial das estradas que contam com inúmeros buracos, passadeiras em mau estado de Gâmbia até Azeitão e que tem sido denunciado pelos autarcas do PS sucessivamente nos órgãos de poder local. Neste sentido e tendo em consideração os números de sinistralidade rodoviária, que continuam a demonstrar elevados números de vítimas mortais nas estradas, os deputados municipais do PS apresentaram a recomendação “Pela melhoria da segurança rodoviária no concelho de Setúbal”.

Recordo a votação desta recomendação, a qual passou, mas não teve a companhia da CDU, que se absteve. Portanto, a CDU apresenta hoje aqui uma moção que está preocupada com as acessibilidades ao concelho e não está preocupada com as acessibilidades no concelho. Nós acompanhamos a preocupação da CDU, mas a CDU ainda não percebe e não acompanha a preocupação do Partido Socialista.

**Alexandre Teles (PSD)** – Vou continuar um bocadinho o que o deputado Manuel Fernandes disse, porque primeiro é preciso arrumar a nossa casa antes de se exigir aos outros o que necessitamos fazer. Claro que compreendemos tudo isso e estou a frisar isto, porque vejo aqui duas propostas para a Freguesia do Sado, que é o alargamento da Ponte Seca e o acesso da Estrada Nacional às Praias do Sado. Se calhar havia algo muito mais importante do que as infraestruturas que estão a fazer lá, que era prolongar a linha do Sado até Santo Ovídeo e fazer um apeadeiro para as pessoas do Faralhão. Isso era fundamental e era uma grande obra para o Faralhão.

Também aqui um pequeno exemplo, o alargamento da Ponte Seca, está a ser feita uma obra junto à Ponte Seca, que é um passeio de 300 metros, que há 2 anos que está a ser construído. Arranca, pára, arranca, pára, instala lancil, desmonta lancil e isso é falta de organização do projeto que foi feito pelo município que mete muito em causa que aquele projeto tenha sido feito pelo município. Passadeiras nem falar, rebaixamento de acesso às mesmas, nem falar.

Dou um pequeno exemplo, também na Freguesia do Sado, transportes pesados em algumas estradas que não têm capacidade para os mesmos, estacionamento destas viaturas, quando temos um parque TIR à entrada da freguesia. Podia aqui elencar muitas outras, se calhar era bom ouvir a população do Sado antes de apresentar aqui estas propostas.

**Simão Calixto (CDU)** – O Manuel Fernandes e o PS trouxeram-nos aqui um exercício, as acessibilidades ao concelho, quer dizer, as Estradas Nacionais que os setubalenses não usam, deve ser porque os setubalenses, os azeitonenses e os gambienses estão todos presos cá dentro e ninguém usa a Nacional 10, a Nacional 379, portanto, não são vias estruturantes para o acesso também dos cidadãos, dos munícipes deste concelho e ninguém usa essas estradas.

Sobre as estradas de cá, de facto, existe um plano de requalificação que está em curso, aliás já por diversas vezes aprovámos obras nesta Assembleia Municipal de requalificação de várias estradas e de várias ruas neste concelho. Mais à frente até no empréstimo que estamos para discutir e aprovar, também, estão lá mais uma série de ruas e estradas dentro do nosso concelho que precisam de requalificação.

De facto, esta moção é sobre estradas nacionais que os setubalenses usam todos os dias e estradas que são da competência das Infraestruturas de Portugal e não desta Câmara Municipal.

Se calhar, o senhor Manuel Fernandes não reconheceu, o PS já não está no Governo, não precisa de fazer também essa defesa tão grande dos institutos do Estado Central.

Depois, tanta coisa, mas não consegue reconhecer se estas estradas precisam ou não de intervenção e se isto que aqui está é ou não uma necessidade da população setubalense. Acho que o senhor devia tentar procurar informar-se e conhecer junto da população que, de facto, usa estas estradas todos os dias e se elas, de facto, precisam de requalificação, precisam de investimento e precisamos que o Estado Central também dê atenção a este concelho e não leve o dinheiro todo daqui para fora.

Já agora, para terminar, não posso deixar de dizer que, também, esta Câmara se substitui ao Estado Central quando, por exemplo, desencadeia obras como a requalificação da Estrada Nacional 10-4 na Mitrena, uma estrada que até é uma via estruturante tanto para os setubalenses, como para todas as empresas que lá exercem a sua atividade no desenvolvimento da economia do nosso concelho e é a Câmara que a está a pagar uma estrada que é da competência do Estado Central.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões oito Deputados Municipais, cinco do PS, dois do PSD e um do CH.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por unanimidade.

### III – SAUDAÇÕES E VOTOS DE LOUVOR

#### 1. Saudação “Candidatura da Arrábida a Reserva da Biosfera da UNESCO” (CDU) (conforme documento registado sob o n.º 30, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vítor Rosa (BE)** – As reservas de Biosfera são definidas pela UNESCO como laboratórios vivos, onde se desenvolvem, como funções principais, a conservação de paisagens, ecossistemas e espécies, o desenvolvimento sustentável a nível social, económico, cultural e ecológico e que atuam como plataformas de investigação, monitorização, educação e sensibilização, visando sempre a partilha de informação e de experiência adquirida.

Estando de acordo na generalidade com a saudação, ela tem, na nossa opinião, limitações nos seus considerandos e na parte deliberativa ao omitir o impacto ambiental e paisagístico que a SECIL tem sobre toda a Arrábida, bem como as pedreiras nela existentes no impacto negativo que o excesso de turismo e a sua pegada ecológica deixa sobre estes territórios. Não podemos querer o sol na eira e chuva no nabal, como diz o provérbio, pelo que nos iremos abster.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 32 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do BE.

#### 2. Saudação “Pelos 500 anos do nascimento de Luís de Camões” (CH) (conforme documento registado sob o n.º 31, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vítor Rosa (BE)** – Com nova roupagem depois da primeira versão da saudação aqui apresentada em sessão de fevereiro deste ano, o CHEGA volta a trazer a saudação pelos 500 anos do nascimento de Luís de Camões. De forma travestida o CHEGA volta a referenciar os mesmos valores da identidade nacional, os valores da conquista sobre outros povos, o patriotismo, a valorização da nossa língua que faz lembrar a canção dos Da Vinci que nos cantavam “*Já fui ao Brasil, Praia e Bissau, Angola, Moçambique, Goa e Macau, ai fui até Timor, já fui um conquistador*”.

De forma alguma desvalorizamos, antes pelo contrário, a importância do escritor e poeta Luís Vaz de Camões, esperemos que este amor pela literatura e poesia portuguesa não se esgote em Camões e esperemos, também, que se lembrem de datas condizentes, seja de nascimento da obra reconhecida, prémios literários, do prémio Nobel da Literatura como José Saramago.

Desta vez não é Leonor que vai descalça, formosa e não segura, é o CHEGA que tenta com pele de cordeiro enganar os incautos, invocando um poeta maior. Como não somos incautos, votamos contra esta saudação.

**Paulo Lopes (PS)** – Dia 10 de junho, dia de Portugal, das Comunidades e dia de Camões. Esta saudação peca por não ter o dia dos meus anos, mas enfim.

Agora a sério, os Lusíadas é uma epopeia daquilo que foi a imortalização dos Descobrimentos, mas esta moção do CHEGA pega naquilo que é o mais nacionalista que há de toda aquela época e depois chega a determinada altura até fala numa sociedade justa e progressista.

Aqui acho que o CHEGA se enganou, de certeza que não se revê neste parágrafo, porque são tudo menos progressistas, são conservadores por natureza e esquecem-se deliberadamente daquilo que é a verdadeira identidade e a nossa matriz portuguesa, da nossa identidade coletiva, que é um país de acolhimento, um país sem muros, um país de multiculturalismo, um país da tolerância, um país que acolhe e é solidário, um povo que iniciou o processo de globalização pelos Descobrimentos.

Mas não, prefere vangloriar obras do passado esquecendo aquilo que realmente importa que é este sentimento genuinamente português que o CHEGA se esquece de referir nesta saudação. Por esta razão, não poderemos acompanhar esta saudação e não iremos votar favoravelmente.

**Simão Calixto (CDU)** – Para além de vários problemas de conteúdo e de forma desta moção, a CDU não podia deixar de apelar ao envolvimento alargado de pessoas, estruturas e instituições que valorizem Camões e a sua obra, inseridos no seu tempo, no processo histórico de luta contra a opressão e exploração pelo progresso social que projetamos na atualidade e afirmando também o património cultural português, a língua portuguesa, a cultura e a arte nesse quadro e que deem um contributo insubstituível para levar a obra de Camões até ao povo.

Tal como sublinhava Álvaro Cunhal na Festa do Avante de 1979, e passo a citar *“Camões, não é a voz da reação e do colonialismo, Camões é a voz do nosso povo, dos Lusíadas, a voz da submissão ante os privilégios, a voz do progresso social e científico, a voz da nação portuguesa num elevado sentido humanista.”*, fim de citação.

Importa na atualidade enfrentar e rejeitar todas as tentativas de associar Camões ou aproveitar o 5º centenário do seu nascimento para promover ideias e conceções retrógradas e reacionárias como o chauvinismo, o racismo, a xenofobia, o colonialismo e neocolonialismo. Apelamos a que, inserido num processo aberto, ativo e de interação com a cultura mundial, se defendam e afirmem os valores da soberania e da independência nacionais, mas também da cooperação entre os povos, elementos indissociáveis da luta emancipadora dos trabalhadores e do povo por uma sociedade nova, em que é parte integrante da luta em defesa dos valores de Abril pela sua projeção no futuro de Portugal.

Por isso vamos votar contra esta saudação.

**Luís Maurício (CH)** – Mais uma vez a CDU com as suas incoerências no discurso, nem sei o que hei de apontar.

Esta mesma saudação foi feita na Câmara Municipal de Loures, foi aprovada pela CDU e aprovada por todos, tendo sido incluída na Câmara Municipal de Loures. Podem ir ver, foi na semana passada. Com isso, honrai os nossos passados, viva o Luís Camões, viva a literatura portuguesa, viva Portugal!

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação rejeitada por maioria e em minuta, com 18 votos contra, 17 da CDU e 1 do BE, 7 votos a favor, 6 do PPD/PSD e 1 do CH, e 10 abstenções, 8 do PS, 1 do PAN e 1 da IL.

**3. Voto de Solidariedade “Povo da Palestina” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 32, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Luís Maurício (CH)** – Isto parece a história dos três porquinhos, um do Lobo mau cheio de boas intenções, no fim, queria comer os porquinhos e aqui o Bloco de Esquerda cheio de boas intenções sobre a paz, só tem um objetivo, mostrar o ódio sobre o povo de Israel.

Relembrar ao Bloco de Esquerda que o Hamas é um grupo terrorista, que sempre defendeu a violência com medo de perder os territórios palestinos ocupados e apelou à aniquilação de Israel. O Hamas levou a cabo atentados bombistas suicidas ao longo dos anos, disparou dezenas de milhares de foguetes, cada vez mais potentes de Gaza para Israel. Criou, também, uma rede de túneis que vão de Gaza ao Egipto para contrair armas, bem como túneis de ataque que penetram Israel. O Hamas sempre foi e sempre será um grupo terrorista.

**Natália Soares (PSD)** – Deixemos o Governo português decidir se é ou não para reconhecer o Estado Palestino.

Neste momento, não existe nação, não existe um país, existe é um grupo terrorista, o Hamas, que efetivamente domina o território. Recordemos que ainda existem reféns, cativos do Hamas, numa situação extremamente lamentável, numa era em que vivemos que é surreal existir uma situação destas quando temos coisas extremas, tecnologia avançada e andamos aqui a ver guerras neste sentido. Lamentamos todas as vítimas deste conflito.

**Flávio Lança (IL)** – Gostava de deixar aqui alguns considerandos e já explicarei qual é que será o nosso sentido de voto.

Não podemos esquecer que a situação é complexa, tem zonas cinzentas e não pode ser vista como este voto que aqui está a preto e branco. A expressão “ataques intencionais” que aparece aqui neste voto de solidariedade, também é desajustada e devemos aguardar por investigações imparciais aos crimes de guerra cometidos por ambas as partes.

Os abusos de ambas as partes devem cessar e promover uma solução de coexistência pacífica. Gostaríamos de ter visto o mesmo entusiasmo na defesa dos oprimidos em relação ao povo ucraniano, sírio e do Sudão por parte de alguns partidos da nossa praça.

Nós, efetivamente, estamos solidários com o povo da Palestina e iremos acompanhar este voto de solidariedade.

Não havendo mais intervenções, foi o voto de solidariedade aprovada por maioria e em minuta, com 30 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 7 votos contra, 6 do PPD/PSD e 1 do CH.

## **VOTAÇÃO DA ATA**

### **Ata da sessão ordinária da Assembleia de 29 de abril de 2024**

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

## **C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **1. Informação escrita do Presidente da Câmara acerca do Relatório de Atividades de abril e maio – 2024** (conforme documento registado sob o n.º 33, arquivado em pasta anexa à presente ata)

**Vítor Rosa (BE)** – Uma questão, na página 14, do relatório, no que diz respeito ao recrutamento, estão em curso 38 procedimentos concursais com a abertura de 6 novos e a conclusão de 4, em que ponto se encontram estes 38 procedimentos e qual o tempo previsto para a sua finalização?

**Ilídio Ferreira (PS)** – Gostaria de referir que começamos a ter um bom relatório para a apreciação, por parte desta Assembleia, mais reduzido, sintético, mas que tem o essencial relativamente à atividade da Câmara e que, também, permite discernir claramente quais são as atividades mais importantes que nós perdíamos no meio daquela profusão de 400 ou 500 páginas que recebíamos anteriormente.

Relativamente à apreciação do relatório em si, há aqui 4 ou 5 notas que gostaria de fazer referência e vou fazê-lo por ordem cronológico do número de páginas.

Na página 6, relativamente aos processos judiciais em curso, gostava de sugerir ou requerer, se é que é possível requerer verbalmente, que a Câmara pudesse fazer chegar à Assembleia Municipal uma listagem do conjunto de processos judiciais em curso. É um assunto que não temos, de facto, conhecimento e julgo que era importante a Assembleia conhecer os processos judiciais em curso, os assuntos, as partes envolvidas, o valor dos processos e o ponto de situação de cada um dos processos.

Na página 7, vejo uma referência e vejo muito positiva a implementação no curto prazo os serviços online. Julgo que é um passo importante, a Câmara tem vindo nos últimos anos a criar, do ponto de vista informático, alguma melhoria dos seus serviços na prestação de serviços aos cidadãos e acho que a implementação do serviço online é mais um passo para a melhoria da qualidade.

Na página 19, a referência às intervenções da Câmara contra as pragas urbanas, penso que a Câmara deveria fazer um esforço ainda mais significativo, porque constantemente vemos nas redes sociais, e não só, referências de cidadãos a queixarem-se das pragas urbanas existentes, nomeadamente as baratas.

Na página 23, chamava a atenção para o excesso de siglas, o Departamento de Educação e Bibliotecas usa demasiadas siglas e as pessoas depois não sabem o que querem dizer e acho que deveriam evitar este conjunto enorme de siglas que dificulta a leitura.

Finalmente, em relação ao relatório, na parte financeira, vejo com satisfação que não se concretiza, para já, até ao período em análise o receio de que havia de uma descida significativa de impostos. Os impostos diretos continuam, apesar de se ter reduzido o IMI e também a participação no IRS, a 1% acima do valor do ano passado. Preocupante é o montante das dívidas a fornecedores, que aumentaram de 20,8 milhões de euros em maio de 2023 para 30,4 milhões em maio de 2024.

Agora, gostaria de fazer uma referência, tanto quanto possível e breve, a intervenção da Câmara que me parece extremamente importante e que não consta deste relatório, mas ocupou bastante tempo da Câmara e é um assunto que preocupa esta Assembleia, que é a questão do contrato de concessão. A Câmara fez nos chegar as trocas de correspondências que houve com o concessionário e o que se verifica nessa troca de correspondência é que relativamente à aplicação de sanções, tal qual nós prevíamos, eu fiz uma intervenção aqui que disse isso, que a DATAREDE veio dizer que “não concorda e que a Câmara faz se quiser, que recorra aos tribunais para eventualmente vir a cobrar as sanções que agora nos aplicou”. Mande isto para as calendas gregas, tal qual já era de prever.

Relativamente à modificação do contrato de concessão, isso é mais preocupante ainda, em meu entender, porque se estão de acordo em relação à beneficiação do equipamento desportivo por troca com a obra no Parque José Afonso, dizem que não concordam com a alteração da localização do Parque 1, que de acordo com os estudos que têm leva a uma quebra de receitas na ordem dos 37%. Também dizem que se a Câmara entender responde-lhes a seguir que o que está em causa não é que aceitem ou não aceitem, que a Câmara entende que já foi alterado o contrato, porque será discutível, com certeza do ponto de vista jurídico, mas essa é a posição da Câmara e o que diz a DATAREDE “*Se vocês acham que é assim, então vão para tribunal e obriguem-nos a fazer o P1.*”. Ou seja, o que se está a ver é que a DATAREDE não quer fazer o P1, mas isso não é surpresa para ninguém, julgo eu, porque era gastar ali uns largos milhões de euros para depois o P1 estar, se calhar, às moscas ou grandemente às moscas, porque a 100 metros estão lugares à superfície perfeitamente vagos, atravessando a avenida para outro lado, para o lado da Beira Mar há lá muitos lugares à superfície, portanto, duvido que as pessoas fossem utilizar o P1.

Agora, o que já me surpreende, é que a Câmara com esta posição crie condições para que o P1 nunca mais venha a ser feito, porque é mais um processo que se vai desenrolar em tribunal. Já o disse aqui e volto a referi-lo, não compreendo como é que a Câmara tomou esta decisão, manifestei-me contra na altura quando aqui veio à Assembleia, não compreendo. Julgo que era um trunfo que a Câmara tinha pelo não cumprimento por parte da DATAREDE, que poderia levar a que a Câmara acionasse os mecanismos para alterar o contrato ou mesmo para resolver o contrato e ao tomar esta decisão, em meu entender, perdeu o trunfo e ficou nas mãos da DATAREDE relativamente a esta matéria.

Pergunto ao Sr. Presidente, o que pensa disto e o que pensa fazer relativamente às posições assumidas pela DATAREDE?

**Presidente da Mesa** – Deixe-me assinalar o momento, que julgo que é assinalável. Ao fim de mais de 30 anos que eu frequento esta casa, desde membro na Assembleia na oposição, vereador na oposição, vereador em maioria, é a primeira vez que vejo um deputado dizer claramente que está de acordo com o relatório da informação do Sr. Presidente tal como é apresentado e que agora se aproxima daquilo que deve ser. Registo este momento, porque esta casa tem padecido dessa doença da discordância do relatório sistematicamente.

Só estou a referir quem está de acordo, não é quem não está, porque os outros todos podem não estar, já sei. Eu e o deputado Ilídio Ferreira estamos de acordo com este modelo.

Vocês sabem disto também, o deputado Ilídio Ferreira também sabe, discutimos eternamente esta questão, parece que este executivo conseguiu ir ao sítio e tirar a resultante que vai a contento, pelo menos alguns, espero que todos daqui por algum tempo mais.

**Simão Calixto (CDU)** – A CDU também já valorizou esta forma do relatório, só para não ficarmos aqui que o PS é que está a falar bem daquilo que a Câmara faz e pode parecer estranho lá em casa e a quem nos ouve. Na verdade, quero aproveitar, também, este relatório para valorizar as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril aqui no nosso concelho, em particular, as que foram feitas este ano, mas, naturalmente todas as que ainda estão para vir, desde a Comissão de Honra, com o programa que desenvolveu e também com o envolvimento das populações que foram aos concertos, que têm participado nas atividades e nas muitas que ainda estão para vir. Quero deixar essa valorização do grande esforço que este município tem feito para assinalar condignamente esta data tão importante como é os 50 anos do 25 de Abril.

São três meses, que na verdade são dois praticamente, de grande atividade municipal com um conjunto muito grande de atividades que têm vindo a ser desenvolvidas e que gostaria de assinalar, em particular aqui nas da habitação em que foi dado a continuidade aos trabalhos de concretização do PRR, no âmbito da habitação, três conjuntos habitacionais de iniciativa municipal e seis outros promovidos pelo IRHU, num grande esforço de requalificação da habitação pública no nosso concelho.

Quero, também, destacar um conjunto muito grande de obras que foram adjudicadas nestes meses, a requalificação de infraestruturas e pavimentos na Avenida dos Ciprestes, a requalificação do quarteirão urbano Joaquina Guerreiro, Lanchoa e Libânio Braga, o Centro Escolar Barbosa do Bocage e a Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista. Não podia deixar, também, de destacar as 122 obras em curso e que estão em acompanhamento pelos serviços e que exige, também, aqui um grande esforço dos serviços municipais em acompanhar o desenvolvimento destas obras, no sentido de garantir um bom desenvolvimento destas para que as populações sejam beneficiadas, nomeadamente, com a requalificação da Praça do Brasil e da Praceta Quinta do Tavares, da Estrada Nacional 10-4, o prolongamento da rede de água e saneamento na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que são intervenções também muito importantes.

**Manuel Esteves (PS)** – Vou pronunciar-me acerca da apreciação do relatório do Sr. Presidente, porque fiquei com umas certas cautelas sobre Azeitão e quero deixar aqui algumas das queixas. As baratas, as ervas nos passeios, as calçadas por reparar, a falta de limpeza das paragens de autocarros, floreiras vazias, árvores centenárias sem serem limpas, buracos nas estradas, rotundas por arranjar, cortes de água sem aviso prévio, etc., etc., etc. Só nos resta perguntar, para que serve uma junta de freguesia com Presidente, executivo, com chefes, com diretores que só se preocupam com grandes anúncios de promessas de obras que não chegam a ser realizadas. Em suma, é só fachada. Informar que tenho aqui a documentação para que não exista alguma dúvida nesta Assembleia e assim é fácil de ver e fácil de representar.

**Presidente da Mesa** – Esta é a Assembleia Municipal, a Assembleia de Freguesia é em Azeitão, não é aqui.

**Rui Lamim (PSD)** – Vou falar sobre o Parque Urbano da Várzea, porque aqui é referido neste relatório e temos a sensação que existe um fraco desenvolvimento vegetativo das espécies arbóreas e arbustivas que aí foram criadas, o parque está a ser criado há bastante tempo e quando é que ele vai ser terminado.

Existe permanência de águas à superfície que entram em putrefação e que, por vezes, libertam maus cheiros, não cremos que seja do transbordo da própria Ribeira, porque parece que aquelas obras nunca funcionaram dessa forma, a Ribeira nunca transbordou, nunca foi necessário, felizmente, que houvesse o transbordo da água da Ribeira para que fosse ali retida, portanto, não choveu em catadupa, o que é bom, mas ainda não se provou a eficiência da obra. O que é certo é que aquelas águas estão ali paradas durante muito tempo e gera incómodo pelo cheiro que têm, sendo também uma fonte de criação de insetos, nomeadamente mosquitos.

Já agora, a talho de foice, porque foi referido o parque de estacionamento aqui na Avenida Luísa Todi, o contrato de estacionamento, o tal famoso P1, nós cremos que se perdeu uma oportunidade de quebrar o contrato por incumprimento, porque o P1 foi jogado, manipulado e foi retirada a leitura do contrato que era límpida e clara, ele tinha sido construído e o seu início até certa e determinada data. A partir do momento em que se começou a questionar essa cláusula, nós, provavelmente, perdemos o pé e o perdemos de tal forma que eu iria até recuar vários anos apoiado em algo que ouvi no dia 6 de outubro. Estive na apresentação do Plano de Alterações Climáticas e houve um senhor que disse que temos de proteger a frente ribeirinha. Essa proteção da frente ribeirinha implica que, ou está ali expresso, o risco grande de inundação daquela zona onde o P1 está desenhado, o P1 original. Do lado da fonte, de um lado ou de outro, portanto, temos ali um problema com risco calculado, identificado que nos pode levar em bom rigor a pensar que o P1 naquele local não é de toda boa ideia ser construído.

De qualquer forma o que aqui foi referido anteriormente é que era uma obrigação do concessionário construir ou começar a construir o P1 e este município não soube gerir esse fator de forma satisfatória. É apenas o comentário que deixo relativamente a este assunto e que, de certeza absoluta, não será esta a última intervenção que teremos acerca deste tema, porque parece que é um tema fetiche deste mandato.

**Presidente da Câmara** – Sobre os concursos dos recursos humanos, a Sra. Vice-Presidente explicará melhor. Relativamente à questão do relatório em si, senhor deputado municipal, naturalmente que o executivo municipal procura, tendo em conta tantas críticas que ao longo dos anos têm sido feitas ao relatório e as alterações que têm sido feitas, mas que nunca se conseguiu atingir. De facto, também considero que os serviços fizeram aqui um esforço significativo para clarificar melhor e identificar a informação que, em princípio, será mais útil aos senhores deputados. Naturalmente que os contributos são sempre positivos no sentido de a informação que está disponível transportá-la para o relatório, não tem qualquer dificuldade, é só uma questão de os senhores deputados também colocarem essas questões e veremos essa possibilidade de incluir alguma informação que hoje não esteja lá contida.

Por isso, quero aproveitar para agradecer aos serviços o esforço que fizeram, no sentido de nos apresentarem um relatório com uma leitura, digo eu, mais útil aos senhores deputados e a quem o ler do que tinha anteriormente.

Senhor deputado Ilídio Ferreira, o senhor congratula-se pela situação dos impostos diretos, veremos até ao final do ano como é que a situação vai evoluir, se o IMT continuar a evoluir como tem vindo a evoluir, porque o resultado global que está aqui é de todos os impostos e se continuar a evoluir da forma como tem evoluído, talvez o resultado seja positivo. O que lhe quero transmitir é que os resultados são todos negativos com exceção do IMT. O que está aqui é o resultado global e que dá uma imagem, digamos assim, positiva e se quisermos até enganadora relativamente àquilo que está a acontecer com os impostos. Como não seria de esperar outra coisa, tendo em conta as reduções que foram feitas aos impostos, para além dos problemas do funcionamento da própria economia e que tem levado a uma situação difícil e ainda tendo em conta, e que não está ainda aqui contabilizada, a isenção ou alteração relativamente ao IRS que foi aprovada na Assembleia da República.

Relativamente à questão da DATAREDE, acho que o que fizemos era o que nos competia fazer, que foi identificar um conjunto de situações que foram transmitidas e por escrito à empresa, manifestando a nossa discordância quanto à forma como a empresa estava a atuar relativamente a várias matérias, aquelas que vieram à reunião de Câmara, por um lado quanto à atividade da empresa, por outro lado, relativamente às alterações que foram propostas. Na informação escrita que foi transmitida à empresa, nunca nos foi dito que não estavam de acordo com as propostas que nós fazíamos e também na troca de correspondência que existe com a empresa estas questões foram colocadas e foram genericamente aceites. Quando nós perguntamos, quando é que vai acontecer, daí levantaram-se as dúvidas e nós aí não podemos ter dúvidas, porque aquilo que é a nossa convicção é que estas alterações são fundamentais no nosso entendimento. Aquelas propostas que foram relativamente à alteração do contrato, foram feitas e foram aprovadas, naturalmente que isto tem os seus processos, a empresa procura defender os seus interesses e a Câmara Municipal fará aquilo que lhe compete também fazer.

Esta questão do parque de estacionamento do P1, a empresa informa que, de acordo com o estudo que fez, esta alteração tem os custos muito superiores àqueles que tinha se fizesse o P1 no local inicialmente indicado. Isso são os estudos que a empresa diz que mandou fazer, é preciso provar que seja assim e, portanto, lá chegaremos ao tempo em que essa questão há de ser provada, naturalmente com empresas credibilizadas e no sentido de se fazer essa ponderação.

Foi aqui levantada uma questão relativamente às dificuldades de fazer parques de estacionamento naquela zona, não é nenhuma novidade, nós já sabíamos que era difícil, aliás, no tempo do Polis estava previsto, numa primeira proposta, a construção de um parque de estacionamento no final da zona nascente da Avenida Luísa Todi e a Comissão Técnica de Acompanhamento anulou esse parque de estacionamento e também havia, nessa primeira proposta, umas passagens, creio que se diz subterrâneas, no atravessamento da avenida, da placa central para o lado do mercado e que também foram abolidas exatamente pelas mesmas razões.

Essa é uma questão que está no contrato e vamos ver, não está aqui em causa os custos, porque se o contraente aceitou o contrato, naturalmente que assume os custos de uma intervenção daquela natureza. Do nosso ponto de vista, a deslocação do parque de estacionamento de uma zona mais a nascente para uma zona mais a poente só trará facilidade na intervenção e à partida é logo o que nós podemos dizer. É necessário que empresas credibilizadas possam fazer essa avaliação, para depois verificarmos se os dados que a empresa apresenta são, de facto, dados que devem ser considerados na avaliação do arrastamento deste processo.

Referi inicialmente que há documentos escritos com a empresa no sentido de esta alteração ser feita e que nunca houve da parte da empresa nenhuma posição contrária à nossa proposta, só depois é que quando foi colocada a questão de saber quando é que isso vai acontecer, não é deixar arrastar este processo e a empresa então veio tomar estas posições. Como tenho dito, a Câmara de Setúbal é uma entidade de bem e assumiu este contrato e há de o defender até entender que o deve fazer. Há de, naturalmente, também, continuar a defender aquilo que são os interesses da Câmara e das nossas populações. É esta a questão e vamos com os nossos advogados acompanhar este processo.

Senhor deputado Manuel Esteves, o senhor disse que isto é tudo fachada, ficamos por aqui. É uma expressão que nós registamos e ficamos por aqui.

Senhor deputado Rui Lamim, relativamente ao Parque Urbano da Várzea, as águas paradas é um processo normal, naturalmente que avaliamos e já agora devo-lhe dizer que quanto à questão de haver ali insetos, a situação está controlada e creio que não há nenhuma situação de anormalidade. Quando se falou do Parque da Várzea, alguns poderão ter pensado que é um parque verde como qualquer outro parque noutra sítio qualquer, o Parque da Várzea foi construído e intervencionado para criar uma bacia de retenção, é essa a questão central que nós nunca podemos esquecer e a questão das águas, há um controlo que está a acontecer.

Relativamente às intervenções no Parque, aquilo que se poderá dizer sobre o arrastamento da intervenção, acabámos de fazer há pouco tempo uma intervenção de cerca de 1 milhão de euros, não se vê, mas está lá e está em projeto de intervenção final de execução um investimento de cerca de mais 3 milhões de euros que irá acontecer quando estiver concluído o projeto de execução. O Parque da Várzea há de continuar a desenvolver-se, mas sempre com esta nota muito importante, temos de avaliar como é que o Parque da Várzea vai reagindo às alterações climáticas e também, neste caso, às questões das cheias e é uma questão central que nós temos de garantir.

Relativamente ao parque de estacionamento da Avenida Luísa Todi, creio que já me referi a este assunto o suficiente.

Pedia agora à Sra. Vice-Presidente para nos dar conta do ponto da situação dos 38 concursos que foram abertos.



**Vereadora Carla Guerreiro** – Dizer que temos vários concursos em diferentes fases, destacar aqui alguns que já estão em fase de conclusão, como é o caso do concurso para a admissão de jardineiros e o concurso para a admissão de cozinheiras/cozinheiros, estes dois concursos já estão mesmo em fase final e os trabalhadores vão ser admitidos provavelmente durante o mês de agosto.

Depois temos, também, numa fase muito avançada o concurso de assistente operacional de ação educativa, foi um concurso em que concorreram mais de 400 pessoas e daí também alguma morosidade em relação ao processo, contamos que este concurso também esteja concluído no início de setembro para podermos completar os rácios de trabalhadores das escolas, tendo em conta que esta é uma área onde se estão a aposentar muitos e muitas trabalhadoras.

Também referir que há concursos que já abrimos por diversas vezes e uma vez que se esgotaram os candidatos ou que nem sequer apareceram candidatos, voltámos a reabri-los, é o caso dos motoristas de transportes de pessoas, é o caso dos tratoristas e o caso, penso eu, dos pedreiros que esgotámos a lista. Também no caso dos assistentes operacionais coveiros esgotámos a lista sem que tivéssemos esgotado o tempo e daí a necessidade de abrir. Estes últimos que eu falei foram para publicação no Diário da República e, provavelmente, estarão disponíveis na BEP muito brevemente.

Em relação aos assistentes técnicos, temos três procedimentos, um para assistente técnico de apoio administrativo que também está em fase de conclusão, os serviços estão neste momento a fazer a marcação das entrevistas de avaliação de competências e depois temos o de assistente técnico generalista e o de assistente técnico de bibliotecas e documentação que estão numa fase mais inicial. Temos, também, o concurso de fiscal municipal que teve bastantes candidatos e está na fase de audiência prévia.

Temos, ainda, para técnico superior também alguns concursos que se encontram a decorrer, nomeadamente no âmbito da candidatura do radar, temos o concurso para técnico de serviço social e outras áreas similares está, neste momento, a decorrer, já foram as candidaturas. Tivemos, novamente, que abrir o de técnico superior de ergonomia e segurança no trabalho, porque a bolsa de recrutamento se esgotou e neste momento, vamos abrir. Deve estar a ser despachado para publicação o de técnico superior generalista e há outros três concursos que já estão mais adiantados e vai ser marcada a prova de conhecimentos. Temos a decorrer uma recruta para Bombeiros Sapadores. Para além de todos estes procedimentos que aqui falei, ainda temos, em simultâneo, procedimentos para concursos de dirigentes.

Todos estes procedimentos para a admissão de trabalhadores têm ou ficam sujeitos a uma bolsa de recrutamento durante 18 meses, o que nos permite fazer uma gestão de pessoal, nomeadamente no que diz respeito às saídas e às aposentações que nos últimos dois anos têm sido superiores àquilo que estávamos habituados por uma série de restrições que ocorreram na Administração Pública. Neste momento, as pessoas que já têm o tempo de serviço e a idade podem pedir as suas aposentações sem penalizações a que estiveram sujeitas ao longo de uma série de anos. Por isso, é necessário abrir todos estes procedimentos e manter aqui a gestão dos mesmos com reserva de recrutamento para poder fazer uma melhor gestão.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Vou aproveitar o meu minuto, tinha aqui outros assuntos, mas não há tempo.

Durante muito tempo, andámos, nós e a Comissão do Urbanismo e Mobilidade e o próprio relatório que foi produzido, a apontar o não cumprimento do contrato por parte do concessionário. A Câmara durante algum tempo não se manifestou, foi ouvindo o que dizíamos, mas ultimamente tem tido, em relação a essa matéria, uma posição muito clara, nomeadamente na aplicação de sanções que fez. Este relatório de acompanhamento, de 8 de maio, é claro relativamente ao não cumprimento por parte do concessionário e aos prejuízos que, neste momento, a Câmara está a ter, quer do ponto de vista financeiro, quer no que diz respeito à impossibilidade de controlo do próprio cumprimento do contrato pela postura que tem tido o concessionário.

O Sr. Presidente disse que não queria arrastar o processo, a verdade é que com a decisão que foi tomada pela Câmara o processo vai-se arrastar, o P1 vai-se arrastar e vai ficar para o dia de são nunca à tarde. Até aqui, a Câmara estava em condições de exigir o cumprimento do contrato, porque podia ir para tribunal, se ele não fizesse o P1, ia para tribunal e ganhava com facilidade, porque ele não tinha possibilidades de vir contestar uma coisa que fazia parte do caderno de encargos.

A partir da altura em que a Câmara altera o contrato, muda o assunto para a discussão, nomeadamente para a discussão sobre as alterações e o que o concessionário diz que são as alterações do equilíbrio financeiro do contrato. Sabemos bem que a discussão disso em tribunal vai para as calendas gregas.

2. Deliberação n.º 035/2024/AM – Delib. CM n.º 224/2024 – Desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 693,60 m<sup>2</sup>, sita na estrada da Algodeia, em Setúbal

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

3. Deliberação n.º 036/2024/AM – Delib. CM n.º 284/2024 – Hasta pública para alienação de 7 lotes de terreno, sitos no loteamento da Nova Azeda, da Freguesia de São Sebastião

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do PPD/PSD, as abstenções do PS, do CH, do PAN e da IL, e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

**Ilídio Ferreira (PS)** – Antes de ler o parecer, gostaria de agradecer à Sra. Vereadora a rapidez com que respondeu às questões que foram levantadas e aos pedidos de esclarecimentos que nos chegaram por escrito relativamente a esta e a outras propostas.

A Comissão de Urbanismo e Mobilidade, emitiu parecer desfavorável por maioria, com o voto contra do BE e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL. A CDU não esteve representada, daí esta votação, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Vítor Rosa (BE)** – A necessidade de resposta aos problemas da habitação, sem nenhuma urgência, não pode, contudo, ser feita com admissão de procurar e aprofundar com o tecido empresarial local ou nacional no setor cooperativo outras formas, para além da alienação, cada vez maior, de terrenos e património municipal.

Essa é uma política que não nos surpreende, da parte de uma Iniciativa Liberal ou outros que de outra forma seguem as mesmas políticas. Numa Câmara de executivo CDU esperamos um maior compromisso com esse interesse municipal e público, facto que esta hasta pública contraria e que é reconhecida pela própria ao manifestar que a manutenção deste património na sua propriedade não é conveniente promover na sua alienação.

O reconhecimento pelo executivo, nos seus considerandos, que os prédios em questão se encontram desocupados, não afeta qualquer serviço municipal, não sendo a respetiva propriedade necessária à prossecução de fins de interesse público, mas revela aquilo que tanto criticou e critica noutros executivos locais e nacionais e que na prática faz o mesmo, ou seja, a sua inércia de aposta durante todos estes anos na construção de habitação pública.

Os custos totais envolvidos são inferiores a outros investimentos municipais que nos dias de hoje continuam parados e votados quase ao abandono, o IMAPARK e a Praça de Touros, são dois desses exemplos.

Esta é a segunda vez que estes lotes são colocados em hasta pública, sendo a sua intenção nobre, construção de edificado a custos controlados. A primeira ficou deserta no ano passado por ausência de licitação, volta a Câmara a tentar, mais uma vez, a hasta pública em moldes exatamente iguais.

Para aqueles que, eventualmente, venham a licitar esta hasta pública, têm benesses mais que majoradas, considerando um investimento global de 2 milhões e 250 mil euros, pago em duas partes, o valor de 322 mil euros por imóvel a multiplicar pelo número dos 168 fogos programados, dará um total de 5 milhões e 409 mil euros no negócio final. Se os 322 mil euros se mantiverem como valor do imóvel no seu final, ou seja, o dobro do investimento, perguntamos, quem fica a ganhar neste tipo de custos controlados? A Câmara? O licitador? O proprietário do imóvel?

Na nossa opinião é de que deveria ser a Câmara a fazer esta aposta de investimento de um bem tão precioso como é o da habitação pública. Não ser, neste tipo de investimentos, apenas um mero intermediário entre o proprietário do imóvel e terceiros, setor privado. Face ao exposto votamos contra.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 28 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS e 1 da IL, 1 voto contra do BE e 8 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

**4. Deliberação n.º 037/2024/AM – Delib. CM n.º 285/2024 – Desafetação do domínio público municipal de parcela de terreno, com área de 18,20m<sup>2</sup>, sita em Rua B do Bairro João Ferreira, em Setúbal**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, e a abstenção do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 36 votos a favor, 17 da CDU, 10 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e uma abstenção do CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

**5. Deliberação n.º 038/2024/AM – Delib. CM n.º 288/2024 – Hasta pública para alienação de prédio urbano, sito em Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º 3, da União de Freguesias de Setúbal**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, e os votos contra do PS e do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer desfavorável por maioria, com os votos contra do PS e do BE, e as abstenções do PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Vítor Rosa (BE)** – Este é um processo que se arrasta há vários anos e do qual o atual e o seu anterior executivo, presidido por Maria das Dores Meira, nos apresentou como a Casa das Artes. Deve ser por aqui que temos o artista da Terra a querer ser candidato a Presidente da Câmara, talvez.

Em 2020 a apreciação que era feita e quando foi aberto concurso, que na altura ficou vazio, e voltou novamente para o domínio da Câmara com uma avaliação de 1 milhão e 500 mil euros, para uma área que era de 1.000 m<sup>2</sup>, grosso modo, passado três anos, em setembro de 2023, veio novamente à Assembleia uma hasta pública e com o mercado imobiliário a funcionar, isto é a especulação imobiliária também a funcionar. Passou o imóvel a ter uma nova avaliação com mais 175 m<sup>2</sup> no valor de 2 milhões e 168 mil euros, que em três anos houve um acréscimo de 668 mil euros sobre o mesmo espaço.

Passado mais um ano, sensivelmente, temos nova proposta de hasta pública com o gesto generoso de manter os mesmos valores, numa tentativa de aliciar o mercado imobiliário a apostar no imóvel para vermos crescer no mesmo espaço mais um hotel ou aposta-se na área da hotelaria ou restauração dentro da aposta

que o mercado tem para a cidade, mais turismo, mais locais de alojamento ou restaurantes e nenhum espaço de cultura e lazer para os cidadãos do concelho.

A juntar à hasta pública, que já hoje aqui debatemos, é esta a aposta de alienação do património municipal que o executivo novamente traz a esta Assembleia, neste caso mais grave, porque esta hasta pública é apenas um negócio puramente financeiro. Em relação a isso não podemos estar a favor desta proposta, desta deliberação e votamos contra.

**Rui Lamim (PSD)** – A anterior a hasta pública ficou deserta e agora pretende-se lançar uma hasta pública com o mesmo valor, porquê?

**Paulo Lopes (PS)** – Esta proposta já veio à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal várias vezes e o Partido Socialista já disse, de forma muito clara, que é contra a alienação deste património, pois entende que é o local ideal para fazer uma incubadora de empresas de índole tecnológica. Aliás, era algo que constava no nosso programa eleitoral, por essa forma estaremos contra a venda do imóvel.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria, com 17 votos a favor da CDU, 11 votos contra, 10 do PS e 1 do BE, 9 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

**6. Deliberação n.º 039/2024/AM – Delib. CM n.º 324/2024 – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo – Investimentos municipais – PPI 2024 | Adjudicação**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

**Alexandre Teles (PSD)** – Friso que esta proposta veio à Assembleia Municipal após vários lapsos e incoerências por parte do município. A abertura do procedimento de contratação destes investimentos municipais, assim assinalados na proposta, já em 2023 tinham sido aprovados em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal numa proposta de abertura de procedimento de empréstimo a médio/longo prazo de aproximadamente 16 milhões em 20 anos. Mas atendendo a questões suscitadas pelo Tribunal de Contas, numa outra proposta de abertura de procedimento de contratação do empréstimo a médio/longo prazo por volta de 9 milhões a 20 anos.

Tendo em consideração que as questões levantadas foram, a falta de aprovação por maioria absoluta dos membros da Assembleia Municipal em efetividade de funções e noutro ponto que, para a bancada do PSD é muito importante, que consiste que neste conjunto de obras que o município designa como investimentos, basicamente não passam na sua grande parte por atos de conservação de maioria de espaços existentes, o que põe em causa o princípio da equidade intergeracional. Os empréstimos devem ter um prazo de vencimento adequado à natureza das operações que visam financiar, não podemos ter a vida útil do respetivo investimento.

Tendo em consideração os pressupostos acima, por ato de gestão e para precaver futuras alterações, o município revogou o empréstimo que rondava os 16 milhões a 20 anos e transformou em dois.

Um de aproximadamente 10 milhões a 20 anos, para que finalmente ou talvez não consiga cumprir as sucessivas promessas eleitorais, a grande Biblioteca e o Pavilhão Desportivo em Azeitão, que tanto os azeitonenses desesperam, necessitam e merecem.

E outro empréstimo de 3.5 milhões a 20 anos, que o município efetuou para bypassar todos os pressupostos levantados pelo Tribunal de Contas e conseguir que uma panóplia de obras, as quais o município designa investimento, que para a bancada do PSD não passam de puros atos de gestão corrente do município e assim penalizar e onerar os munícipes por diversos anos e gerando uma desigualdade para com os mais jovens.

Compreendemos que o município, a praticamente a um ano das próximas eleições autárquicas, queira mostrar que está a efetuar alguma coisa, mas achamos que não vale tudo, principalmente endividar todos os setubalenses até a um ponto que seja novamente necessário voltar a aumentar impostos e estagnar com o que se tem conseguido neste mandato, que em muito o PSD tem contribuído com propostas para a redução do IMI, com a isenção do IMT para jovens, com o aumento da devolução da taxa variável de IRS, 1,5%, entre outros.

Por isso vem hoje à Assembleia Municipal a aprovação da contratação de mais um empréstimo de médio/longo prazo, esta gestão e estas obras são, obviamente, uma seleção da CDU e a sua não aprovação significa um bloqueio ao financiamento de decisões, recorde, já tomadas e tão necessárias e particularmente em zonas do concelho em franco crescimento e muitas vezes negligenciado pela CDU.

O PSD em nada se opõe à execução das obras em questão, mas tem muitas dúvidas ao modo em que as mesmas estão a ser financiadas, por isso, a bancada do PSD vai se abster nesta proposta.

**Flávio lança (IL)** – A Iniciativa Liberal, como tem vindo a fazer ao longo do tempo, irá votar contra esta contratação de empréstimo.

Não podemos esquecer aquilo que já foi aqui referido, estamos a onerar as gerações futuras e a saúde financeira da Câmara degrada-se a cada momento. Apresentámos um resultado líquido, em 2023, de -15 milhões e o total da dívida no final de 2023 é de 53,4 milhões de euros, mas se olharmos para a última página do relatório e contas e olharmos para a natureza da dívida, mais de metade da dívida está alocada a atividades operacionais, isto não é sustentável.

Consideramos que o caminho não é este e que está, cada vez mais, a prejudicar as contas da Câmara Municipal e há de ter um fim, esperemos que não e não é isso que desejamos, mas não será o melhor de todos e por esse motivo votamos contra.

**Luís Maurício (CH)** – Por tudo aquilo que já foi falado, o partido CHEGA vai votar contra este empréstimo, devido ao endividamento elevado da Câmara de Setúbal.

Somos muito preocupados com o futuro desta Câmara, esperemos que aquela velha máxima “quem vier atrás que feche a porta” esteja ultrapassada.

**Mário Aranha (PS)** – Acompanhamos muitas das preocupações que já foram aqui referidas, ou seja, isto que vem agora à Assembleia Municipal tem aqui várias situações com as quais não concordamos.

Obviamente, que a primeira tem a ver com a extensão do empréstimo, de cerca de 20 anos, que é completamente desadequada para o tipo de investimento que se vai fazer. Só para termos uma noção, a reabilitação do Campo do Praiense que vai ter um relvado sintético, mandam as boas práticas que, ao fim de 4, 5 anos, o relvado sintético seja novamente substituído e parece-nos aqui bastante desadequado o empréstimo a 20 anos para um relvado que vai ter de ser substituído daqui a 4 ou 5 anos.

Não somos nós que o dizemos, mas o próprio Tribunal de Contas, que muitos destes tipos de intervenções que aqui são consideradas como investimento, não são investimento, são despesa corrente e é um erro pedir empréstimos a tão longo prazo para financiar a sua construção.

Por exemplo, tendo em conta a taxa de juro atual e as perspetivas, grosso modo, o empréstimo a 20 anos representa que metade do que se vai pedir emprestado vai ser pago em juros, ou seja, destes 3 milhões 469 mil euros vamos ter de pagar cerca de 1 milhão e 700 mil euros em juros. Isto é extremamente pesado e, obviamente, que nós não concordamos com isso.

As câmaras têm de ter muita parcimónia ao fazer este tipo de empréstimos, de facto, têm de ser investimentos ou que se paguem a eles mesmos e que possam pagar os juros ou ter o tal impacto social que é indiscutível usar este tipo de financiamento. Aquilo que vem referido, obviamente que é importante, mas por exemplo, pedir um empréstimo a 20 anos para financiar a reabilitação e arranjos exteriores da Praceta Primavera, requalificação do espaço nas traseiras da Rua de Vanicelos e a Praceta das Amoreiras, parece-nos uma gestão bastante negativa.

Contudo temos que referir aqui dois pontos, o PS é o partido do investimento em Setúbal, o partido do desenvolvimento e se a Câmara nos apresentou isto como única via de financiar este tipo de iniciativas, não vamos ser nós que vamos bloquear, nomeadamente aqui no Campo do Praiense. É a própria Câmara que publicamente diz que o estado de emergência e o estado de calamidade são de tal ordem, em termos de instalações desportivas, que vai só fazer metade do projeto, não vai fazer o projeto na totalidade, não vai construir um bar, não vai fazer arranjos exteriores, porque, de facto, isto é uma necessidade premente e não vai ser o Partido Socialista que vai bloquear isto. Obviamente que tendo em conta que há muitos fatores contra, nós vamo-nos abster nesta votação.

**Simão Calixto (CDU)** – O ponto que estamos a discutir trata-se da aprovação da adjudicação de um empréstimo, anteriormente aprovado nesta Assembleia, para fazer face a importantes investimentos a realizar pela Câmara e que estão identificados na proposta.

Dos vários bancos consultados, as melhores condições apresentadas foram pela Caixa Agrícola da Costa Azul e, naturalmente, é essa a entidade que a Câmara propõe a adjudicação. Salientamos que spreads reduzidos e apresentados pela maioria dos bancos, em especial pela Caixa Agrícola de 0,375%, é demonstrativo da confiança que estas entidades bancárias têm na gestão da Câmara Municipal. Ainda assim, não podemos deixar de salientar que este empréstimo necessita de ser aprovado pela maioria absoluta dos eleitos em efetividade de funções. Quem votar contra ou se abster está efetivamente a chumbar o desenvolvimento do nosso concelho e serão os eleitos de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia, à exceção da CDU, que serão responsáveis pela não execução de um conjunto de obras significativas para as populações das várias freguesias. Obras essas que passo a enunciar:

- Requalificação de infraestruturas e arruamentos na Salmoura, zona 1 na Freguesia de Azeitão;
- Requalificação do espaço público no interior do quarteirão definido pela Avenida Infante Dom Henrique e Rua Doutor António Forjaz Pulido Valente e Bairro Afonso Costa em São Sebastião;
- Requalificação do espaço nas traseiras na Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras na União de Freguesias de Setúbal;
- Reabilitação de escadas e pavimentos na Travessa Olhos de Água e na Travessa Padre Galvão no Casal das Figueiras na União de Freguesias de Setúbal;
- Reabilitação e arranjos exteriores na Praceta da Primavera na União de Freguesias de Setúbal;
- Requalificação viária e infraestruturas de drenagem pluvial na Rua dos Morangos em Azeitão;
- Requalificação da rede viária e drenagem pluvial na Rua da Revolução em Azeitão; requalificação do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e o Caminho de Ferro, 2ª fase, na Freguesia do Sado;
- Requalificação da Estrada da Morgada na Freguesia do Sado;
- Reabilitação da Casa Luísa Todi na União de Freguesias de Setúbal, um projeto mais estruturante para o concelho;
- Reabilitação do Campo Municipal Júlio Tavares (Campo do Praiense) na Freguesia do Sado.

Todas elas são obras que os senhores vão ter de justificar às populações se chumbarem ou se absterem na aprovação deste empréstimo, porque elas não serão realizadas.

Já agora, não podia deixar de dizer que a requalificação do Campo Municipal, Júlio Tavares não é apenas para pôr um relvado sintético, como aqui foi anunciado pela bancada do PS, serão bancadas e balneários novos e um relvado sintético de última geração que, aliás, se representa pelo valor do investimento nesta freguesia, que é estruturante para um movimento associativo daquela freguesia, para um conjunto de jovens que não têm um espaço em condições para treinar o futebol.

**Flávio lança (IL)** – Estava aqui a ouvir a intervenção do deputado Simão Calixto e estava um bocadinho a tremer, porque estava a perceber que é só com o empréstimo que a Câmara consegue trabalhar.

Já agora, não sei se sabe, a Câmara tem de receitas, tirando as transferências, 88 milhões de euros, portanto, decida onde quer alocar esses 88 milhões de euros, muitos vão para a despesa, vai-os gastando e depois recorre a empréstimos. A não aprovação deste empréstimo, a não contratação deste empréstimo, não é um impedimento para a realização destas obras.

**Alexandre Teles (PSD)** – Só para fazer aqui uma pequena correção ao deputado Simão Calixto, porque ele disse que este empréstimo passou na Câmara Municipal e foi aprovado aqui, não!

Este empréstimo foi só aprovado em reunião de Câmara, não foi aprovado em Assembleia Municipal. Não foi não! Os 3,5 milhões deste empréstimo não passou na Assembleia Municipal.

Não, não, não passou, está enganado. Não sei se tem estado cá na Assembleia, se calhar não esteve.

**Presidente da Câmara** – Quero apenas que fique registado que estas obras que estão identificadas neste empréstimo, são obras que já passaram aqui na Assembleia Municipal numa outra proposta e que tiveram a votação dos senhores deputados. O que fizemos, face às questões que o Tribunal de Contas levantou, foi de que retirássemos algumas obras, alguns investimentos das propostas que vieram aqui à Assembleia Municipal e à Câmara por dúvidas de interpretação do Tribunal de Contas relativamente a essas obras.

Como para nós é fundamental que estas intervenções e estas obras sejam feitas na requalificação do território urbano do nosso concelho, naturalmente que havendo dúvidas na interpretação por parte do Tribunal de Contas relativamente a algumas obras nós retiramos essas obras das propostas.

Foi nessa circunstância que alterámos as propostas iniciais que vieram à Câmara e colocámo-las em propostas diferentes, como muito bem os senhores deputados sabem, porque tiveram acesso a essas propostas que passaram aqui na Assembleia Municipal.

As obras que estão nesta proposta, são obras de intervenção com muito significado e que com a troca de informação que houve no passado com o Tribunal de Contas relativamente a estas propostas, estamos convencidos que elas estão em condições de poderem ser aprovadas pelo Tribunal de Contas. A questão central que o Tribunal de Contas levantou relativamente ao seu visto, tem a ver com o facto de haver uma exigência na Lei que diz que a Assembleia Municipal, para aprovar os empréstimos, tem de votar favoravelmente as propostas por maioria e essa é a razão fundamental por que a proposta vem agora aqui. Quero chamar a atenção aos senhores deputados, se a proposta não for aprovada com a maioria dos deputados presentes na Assembleia, naturalmente que nem sequer enviaremos a proposta para o Tribunal de Contas para cumprir a recomendação que o mesmo fez.

Nessas circunstâncias, senhoras e senhores deputados, o que está a acontecer é que se for essa a decisão aqui tomada na Assembleia, de não haver uma votação da maioria dos deputados presentes, significa a inviabilização destas obras. Porque como, também, muito bem sabem o orçamento municipal não contempla estes investimentos e foi uma decisão que tomámos e já esclareci esta questão na Câmara Municipal e também tive a oportunidade de o fazer aqui na Assembleia Municipal publicamente que estas obras não têm possibilidades de serem realizadas através do orçamento municipal. O que está aqui em causa é se não houver uma maioria de deputados que votem favoravelmente esta proposta, estas obras não serão realizadas e é uma responsabilidade que cabe à Assembleia Municipal. Não quero deixar de clarificar bem as decisões que possam vir a ser tomadas na Assembleia Municipal.

Quero dizer que isto não é nenhuma ameaça, porque não tenho por hábito fazer ameaças nenhuma e para que não haja dúvida nenhuma da parte de qualquer um dos senhores deputados que saiba exatamente quais são as consequências do voto que está a tomar. Naturalmente que vivemos num país livre, estamos a comemorar os 50 anos do 25 de Abril e cada cidadão e os senhores deputados e as senhoras deputadas aqui na Assembleia Municipal têm direito a expressar, neste caso através do voto, a sua vontade, mas não pode é haver dúvidas sobre as consequências desse voto que for tomado perante esta proposta.

**Nuno Carvalho (PSD)** – O Partido Social Democrata participa desta discussão nos termos em que ela foi colocada, ou seja, ela iniciou-se hoje ou há poucos minutos e não se iniciou antes e os tempos da discussão, também, ditam um pouco aquilo que é o seu resultado. Isso significa o quê? O Partido Social Democrata está confiante em manter a votação que foi realizada por parte dos seus vereadores na Câmara Municipal, acredita que esta é uma boa opção neste momento e não lhe foi apresentado qualquer argumento sem ser há uns minutos atrás, de forma diferente.

A apresentação desses argumentos não é feita, até atendendo àquilo que é a importância do que nós estamos a tratar, de uma forma em que em poucos minutos saia uma discussão que faz com que um partido altere uma posição.

Se, efetivamente, isto é assim tão importante o partido que propõe em reunião de comissão, onde participam todos os partidos da Assembleia Municipal, poderia ter colocado a questão. É um órgão formal desta Assembleia Municipal onde isso poderia ter sido debatido e isso não foi colocado nesta forma e nestes tempos. O que está aqui colocado não é a responsabilidade do PSD, o que está aqui é a responsabilidade da CDU como conduz o processo e se o quer fazer desta maneira, o PSD mantém a sua votação. Se o quer fazer de outra forma, sabendo que a lei dita que tem de haver uma maioria, e pretende que exista um compromisso por um período maior, então a discussão feita nestes termos poderá ter um ou dois resultados. Da parte do PSD o resultado, quando colocam desta forma, é naturalmente manter a nossa coerência, especialmente quando não nos apresentou argumentos novos, o resultado é o mesmo. Se há tempo para apresentar argumentos novos e querem fazê-lo de outra forma, isso será com a CDU, o PSD está sempre disponível para analisar qualquer argumento em qualquer altura.

Nesta altura e neste momento, a nossa votação e a nossa posição está dita, mas com a responsabilidade a não incidir sobre nós, a incidir sobre quem conduziu o processo e decidiu conduzi-lo desta forma. Isso cabe à CDU, que é quem propõe, não cabe ao PSD, se fôssemos nós, garanto-vos, que não fazíamos igual.

**Mário Aranha (PS)** – O PS, obviamente, também vai manter a sua posição. Senhor Presidente, mas isso é uma chantagem e nós não aceitamos chantagens.

Já foi, várias vezes, aqui debatido que não concordamos com empréstimos a tão longo prazo para este tipo de investimentos e a CDU continua a insistir, a insistir, não negocia, e nós inclusivamente já referimos alguns destes projetos que consideramos estratégicos e que estávamos dispostos que avançassem, mas com tempos de financiamento inferiores e retirando algumas destas obras que podem ser importantes, mas que não justificam todo o empréstimo a 20 anos que vão onerar em mais de 1 milhão e 700 mil euros de juros os setubalenses e azeitonenses. Portanto, quem não faz é a CDU, porque não quer, não quer negociar.

**Presidente da Câmara** – Eu tive logo a oportunidade de chamar a atenção que não era nenhuma chantagem ou qualquer outro tipo, era apenas uma questão de esclarecimento para quem não tivesse lido o documento que foi distribuído e que é um documento que veio do Tribunal de Contas. Esse documento é do conhecimento dos senhores deputados, como foi do conhecimento dos senhores vereadores na Câmara Municipal e não faz sentido agora arranjar-se argumentos que distorçam a verdade dos factos.

Nós estamos sempre disponíveis, como bem sabem, para avaliar ou reavaliar situações, agora, não podemos é aceitar que argumentos não correspondam aos factos. Era preciso que ficasse bem claro que quando voltaram as propostas à Câmara e agora à Assembleia Municipal, existe um relatório do Tribunal de Contas que explicita bem as razões por que não atribuiu o visto às propostas que foram apresentadas. Na Assembleia Municipal onde se aprovou estas propostas, houve um lapso em não se ter verificado essa exigência e por não se ter considerado essa obrigatoriedade da Lei de aprovação ter de ser por maioria dos deputados presentes. Portanto, quando veio à Assembleia, deixou-se passar isto, foi um lapso que lamentamos, porque o assunto eventualmente podia ter sido resolvido nessa altura e não o foi. São coisas da vida, só quem não está nestes processos é que, de facto, não se confronta com estas dificuldades.

Agora, o relatório do Tribunal de Contas existe e foi distribuído e nós continuamos sempre disponíveis para encontrar as soluções que os senhores deputados ou os senhores vereadores entendam, porque consideramos que estas obras são identificadas pelas populações, para além de terem sido identificadas pelas juntas de freguesia e pela Câmara Municipal, são obras que são fundamentais para a requalificação do nosso território, designadamente o espaço urbano. Por isso, senhoras e senhores deputados, era só para repor a verdade dos factos, porque é muito importante que fique clarificado e que não está aqui em causa a liberdade, como não podia deixar de ser, dos senhores deputados votarem como bem entenderem.

**Luís Matos (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião)** – Vou aqui argumentar sempre pela positiva. O sempre nunca se aplica, e o nunca também não, mas vou tentar e espero ter sucesso neste fundamento.

A contratação deste empréstimo a médio/longo prazo, podemos reparar que porventura tem categorias que são muito abrangentes e quando falamos aqui em mais de duas décadas até à sua liquidação na totalidade, falamos também de investimentos que abrangem faixas etárias bastante intergeracionais. Chamamos aqui a atenção, sem querer passar a parte da pressão que ao fim ao cabo estará aqui implícita na minha intervenção, para a reflexão e apelamos também à sensibilidade dos senhores deputados aqui presentes que a proposta existente é de investimentos com bastante abrangência. São investimentos na área da requalificação de infraestruturas que já existem e arruamentos, que também já existem e/ou não, mas também aqui a requalificação ou a edificação de infraestruturas ao nível do movimento associativo que terão aqui, e vão ter com toda a certeza, um grande impacto na melhoria significativa da qualidade de vida no território e para quem as utiliza, neste caso, dando este ato de praticamente duas décadas até à sua liquidação.

Estão aqui implícitas a reabilitação, neste caso entenda-se que são instalações bastantes qualificadas, no Campo Júlio Tavares, nas Praias do Sado, isto ao nível da Cultura, Educação, Recriação e Desporto. A reabilitação da Casa Luísa Todi, falamos de uma estrutura cultural, um equipamento cultural que não se esgotará no tempo com toda a certeza, com toda a manutenção que carecerá ao longo deste montante a liquidar nesta maturidade. Aqui, também, outras requalificações noutras infraestruturas, mas que fica também aqui implícito na minha fundamentação que com toda a certeza que esta aprovação vai trazer ainda mais garantia na melhoria da qualidade de vida para os nossos fregueses, para a nossa população na qualidade direta e o impacto direto que isto tem na qualidade do território.

Nós temos vindo a desenvolver contactos diretos com a população, contactos diretos com quem se manifesta e bem com a preocupação de todos os moradores das nossas ruas, dos nossos bairros e essa sinceridade tem sido acolhida e tem sido, também, dada a conhecer com esta proposta que aqui vem a esta Assembleia. Fica aqui a nossa sensibilidade, a nossa preocupação, também, em satisfazer esta pretensão, ao fim ao cabo, amplamente ansiada e também algum tempo já aqui reivindicada. Apelamos, também, aqui à nossa comunhão entre todos os presentes para que esta proposta seja efetivamente validada com todo o pressuposto legal e todo o imperativo que o Tribunal de Contas solicita para que esta proposta seja, efetivamente, aplicada para bem de todos e sem desprimor de algum, portanto, apelamos aqui a esta sensibilidade.

**Vítor Rosa (BE)** – Dizer que vou-me abster em relação a esta proposta, mas isso não invalida que, por maioria poderá não passar, mas é assim que, também, funciona a democracia, já agora, e também é dentro da democracia que vemos ou não vemos a humildade dessas forças políticas de serem capazes de dialogar com as outras, especialmente quando se tem uma maioria relativa dentro desta casa e isso, mais uma vez, não voltou a acontecer.

Digo mais, em relação ao Campo do Praiense, ao Campo Júlio Tavares, há quantos anos está no estado em que está? Há quantos anos aquele campo de futebol e aquelas instalações estão degradadas? Não foi apenas e só durante este mandato da CDU, foi de vários mandatos da CDU, mas agora dizerem que o campo é extremamente importante para o apoio às crianças que precisam desse espaço para praticar, isso não aconteceu só agora, acontece há mais de 10, há mais de 12 anos, portanto, não invoquem aqui e façam chantagem política relativamente ao voto que cada um de nós tomará em consciência.

Em contraponto, só para dar este exemplo, houve essa preocupação relativamente ao Campo Municipal da Bela Vista, que está completamente votado ao abandono, outra vez? Ou vamos fazer novo empréstimo daqui a mais 2 ou 3 anos e a 20 anos para reabilitar o Campo Municipal da Bela Vista? São essas as dúvidas que deixo e manifesto aqui que não terei qualquer problema a ir a cada uma destas ruas que vão ser requalificadas ou a qualquer uma destas freguesias falar com os fregueses e dizer-lhes qual foi a razão da minha abstenção nesta proposta.

**Simão Calixto (CDU)** – Não creio que possa haver melhor argumento para defender este empréstimo do que o argumento do desenvolvimento do nosso concelho. Efetivamente é isso que se trata e é isso que estamos aqui hoje a aprovar e tenho a certeza que as populações vão culpar, vão apontar responsabilidades àqueles que não permitiram a realização destas obras. Como aqui já foi dito, estas obras fazem falta ao conjunto das populações destas freguesias, precisam do Campo Municipal Júlio Tavares, precisam da requalificação da Estrada da Morgada, precisam da requalificação do espaço da Rua Tomás Ribeiro e do Caminho de Ferro na Freguesia do Sado, precisam da requalificação da rede viária e da drenagem da Rua da Revolução, precisam de requalificação viária das infraestruturas na Rua dos Morangos, precisam da reabilitação da Praceta da Primavera, precisam da reabilitação de escadas e pavimentos no Casal das Figueiras, precisam da requalificação do espaço público no interior do quarteirão no Bairro Afonso Costa e precisam de requalificação de infraestruturas e arruamentos na Salmoura.

Estas obras fazem falta à população e são os senhores do PS, do PSD, do CHEGA, do Bloco de Esquerda, do PAN e da Iniciativa Liberal que vão justificar às populações porque é que estas obras não são feitas, porque são vocês que vão votar contra e que se vão abster, impedindo de este empréstimo ser aprovado aqui hoje e de permitir que estas obras sejam realizadas.

**Presidente da Mesa** – Estão feitas as intervenções, creio que estamos todos bem conscientes do que é que está em causa, há a exigência legal de uma maioria qualificada, tem de ser maioria absoluta para ser aprovado o empréstimo.

Julgo que estamos esclarecidos para que não fiquem equívocos, a Assembleia Municipal quando votou não votou por maioria qualificada, votou como votou, mas não lhe pode ser atribuído nenhum lapso, porque não tem competência para remeter ao Tribunal de Contas, isso é com o executivo, e a Assembleia vai, outra vez, votar e se não votar por maioria absoluta a proposta não passa e subseqüentemente não estará em condições legais de ser remetida ao Tribunal de Contas.

Vamos passar a votos.

**João Fidalgo (PS)** – Senhor Presidente, peço escusa da votação por motivos profissionais.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria relativa e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 2 votos contra, 1 do CH e 1 da IL, e 16 abstenções, 8 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 40.

**7. Deliberação n.º 040/2024/AM – Delib. CM n.º 356/2024 – 3.ª Alteração modificativa ao orçamento da receita, 4.ª alteração ao orçamento da despesa, 4.ª ao plano de atividades municipal e 4.ª ao plano plurianual de investimentos**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 19 abstenções, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 41.

**8. Deliberação n.º 041/2024/AM – Delib. CM n.º 357/2024 – Prestação de contas e relatório de gestão consolidados relativos ao exercício de 2023**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PPD/PSD, do CH, do BE, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

**Vítor Rosa (BE)** – A exemplo das reservas e dúvidas apresentadas aquando da apresentação da Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2023, iremo-nos abster relativamente à deliberação em debate e votação. Contudo, mantemos e acentuamos as preocupações manifestadas anteriormente, com reflexo, novamente, nas reservas do Revisor Oficial de Contas nas rubricas e saldos com consequentes dificuldades de avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras que acarreta maiores dificuldades de análise, apreciação e decisão de voto favorável à Prestação de Contas pela parte dos eleitos da Assembleia.

Acresce, ainda, do relatório do ROC o ênfase dado aos atrasos de pagamentos, que estando nós em junho e os valores apresentados a 31/12/2023, a sua opinião mantém-se, trazendo dessa forma para o valor em causa motivo de preocupação redobrada.

Embora, não seja este o momento de discussão, não podemos ver com apreensão o aumento da dívida do município, conforme mapa de endividamento comparativo entre 31/12/2023 e 30/04/2024, conforme informação prestada à Comissão de Finanças, face à capacidade de investimentos necessários no concelho em diversas áreas no futuro.

Esperamos, por isso, da parte do executivo um maior rigor na prestação de contas para que a avaliação no impacto nas demonstrações financeiras seja possível por parte do ROC em futuras análises das contas para que dessa forma possamos todos procurar as melhores soluções para o bom funcionamento, sustentabilidade económica e financeira do município.

**Alexandre Teles (PSD)** – Há duas formas de analisar as contas, há duas vertentes em que podemos ver se as contas estão corretas e fazer uma análise política acerca daquilo que são estas mesmas contas. No final, se as contas estiverem corretas reflete a atividade do município.

O ROC fez alguns comentários, nós achamos que as contas estão corretas tirando um ponto que achamos que merecia explicação e que tem a ver com o acréscimo de 5,8 milhões de imparidades em clientes e gostaríamos de ver este valor esmiuçado com uma análise política daquilo que é o resultado da atividade da gestão CDU que prometeu uma coisa e entrega outra. Isso é fácil de ver naquilo que é a execução orçamental e a que vem aqui referida fica muito aquém das receitas, isto é, promete-se angariar um volume de dinheiro e recebe-se menos. Há uma referência do ROC relativamente a este assunto, é um alerta que tem a ver com uma certa referência que eles lá têm, e bem, porque empolar as receitas que é o que a CDU faz, e que fez no início do ano, implica ter uma maior capacidade de endividamento ou ter uma capacidade de pagar endividamentos e não se justifica.

É bom que a CDU se habitue que o orçamento é para cumprir, uma execução orçamental não superior a estes valores na despesa corrente que foi apenas de cinquenta e poucos por cento. Estes valores têm de ser melhorados, mas há outros valores que aqui nos levantam alertas e críticas à gestão CDU, nomeadamente naquilo que diz respeito aos pagamentos em atraso. Em 2022 tivemos próximo de 2 milhões, em 2023 quase 3 milhões, por isso os pagamentos em atraso estão a aumentar, o que não é de todo simpático e há muitos que devem estar aflitos porque necessitam. Tudo isso envolve que na demonstração do resultado líquido de 2022 era de -8 milhões, e este resultado líquido do ano de 2023 é de -15,5 milhões, portanto, o caminho não é bom. De qualquer forma há aqui um ponto importante que convém salientar, que é o fenómeno de má gestão e que tem a ver com os fluxos de caixa, os fluxos de caixa são positivos, é uma variação positiva, só que são positivos por via de financiamento que eram superiores àquilo que é investido. No final de contas, isto é um reflexo de má gestão, anda esta Câmara a financiar-se para despesas correntes e não para despesas de investimento. Isto faz lembrar aquele debate acerca da contratação do empréstimo de investimento que verdadeiramente são despesas correntes, mesmo aqui há pouco tempo debatido.

Muita atenção a isso, nós temos de adequar a Câmara ou o município tem de adequar aquilo que é o volume dos empréstimos e não pode continuar numa de viver à custa de financiamentos e apresentar no final um resultado líquido negativo de 15,5 milhões, cujos pagamentos em atraso são de 3 milhões. A situação não é boa.

Este não era o nosso programa para a cidade, era o programa da CDU e assim continua esta cidade com alguns investimentos em carteira que não são reprodutivos e com muitos embrulhos para resolver.

Investimentos não reprodutivos, voltamos aqui a frisar, o IMAPARK e a Praça de Touros que, também, são investimentos, mas que ficaram embrulhos por resolver e para descalçar e que foram criados em mandatos passados, mas que, também, são uma responsabilidade CDU, como também o contrato de estacionamento. Há muito por resolver e se a CDU vem com intenções de pedir investimentos vultuosos para mais situações que possam ser semelhantes a estas, poderão ter a certeza que o PSD não vai nessa lógica de financiamento para a gestão corrente ou para investimentos que não são produtivos e que não são úteis para a cidade de Setúbal.

**Mário Aranha (PS)** – Este debate é um *déjà vu*, nós já debatemos várias vezes esta situação da Prestação de Contas nos orçamentos e aquilo que nos é apresentado, através deste relatório, que é um relatório um pouco mais empresarial e contabilístico e menos político, afigura-nos, justamente, aquilo que temos referido não só neste mandato, mas em vários mandatos da CDU, que nesse pedido de investimento, a CDU é a coligação da “chapa ganha, chapa gasta”.

A CDU não investe para poupar, nem investe para ganhar e nem investe para melhorar. Teve 134 milhões de euros em receitas, dos quais só 30 milhões depois reverteram para o ativo, ou seja, desses 134 milhões só 30 milhões é que ficaram para as gerações futuras.

De referir, ainda, que o património líquido da Câmara só 1,74%, ou seja, mais uma vez temos que referir que para um volume tão grande de receitas, que são mais de 11 milhões de euros por mês, o património líquido, o que fica, de facto, para os setubalenses e azeitonenses, são apenas 5,2 milhões de euros.

Também consideramos que a política que tem sido seguida, em termos de gestão financeira, não é a mais correta, porque o pouco investimento que é feito é muito focado em ativos fixos e falta aqui a componente de outro tipo de investimentos mais reprodutivos que permitam baixar impostos ou também ter novas receitas que permitam fazer mais investimento ou ajudar mais as instituições e os clubes.

Se fossemos um partido populista, podíamos estar aqui com grandes parangonas e referir que a Câmara teve um prejuízo de 15 milhões de euros, ou seja, teve um resultado líquido negativo de 15 milhões de euros, mas nós não vamos entrar por aí, porque qualquer pessoa que saiba fazer contas sabe que os meios libertos, ou seja, se retirarmos a isto as amortizações, as imparidades e as provisões, o valor é positivo em cerca de 17 milhões de euros, que vai bater quase exatamente com o fluxo de caixa positivo de cerca de 7 milhões.

A Câmara, neste momento, consegue gerar fluxos financeiros positivos, agora a nossa questão é se, de facto, esses fluxos financeiros não estão a ser aplicados da forma mais correta. Mesmo com a junção aqui dos Serviços Municipalizados, não disfarça esta política do subinvestimento de atraso e de retrocesso e com grande pena nossa vamos ter de votar contra.

**Flávio Lança (IL)** – Bem, estamos, neste momento, aqui a votar o relatório consolidado da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados.

A Iniciativa Liberal quando votou o relatório individual da Câmara Municipal, votou contra, considerando o parecer emitido pelo Revisor Oficial de Contas e por esse motivo vai neste momento também votar contra as contas consolidadas, porque o Revisor Oficial de Contas apresentou 4 pontos que consideramos, realmente, que são falhas graves.

A falha no reconhecimento e manutenção de ativos, o erro na aplicação do método de equivalência patrimonial e inconsistências na conta de terceiros e questões de reconhecimento de rendimentos e outros acréscimos de gastos. Por estes motivos iremos votar contra.

**Simão Calixto (CDU)** – Sobre a Prestação de Contas e os Relatórios Consolidados, naturalmente o perímetro de consolidação é as contas da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados. Os relatórios de contas destas duas instituições já foram discutidos e aprovados na última sessão desta Assembleia, trata-se agora de avaliarmos apenas e somente se a consolidação que aqui nos é apresentada, representa corretamente o universo das duas entidades e se está tecnicamente correta.

Ainda assim, importa referir que é a primeira consolidação com contas dos Serviços Municipalizados correspondentes a um exercício económico completo e apenas por isto já afeta a comparabilidade com o exercício anterior. As contas consolidadas refletem, tal como as contas individuais, as dificuldades financeiras criadas à Câmara Municipal externamente e internamente.

Externamente pelos governos ao imporem à Câmara Municipal competências e responsabilidades sem a correspondente e apropriada transferência de meios. Internamente pela oposição ao aprovarem irresponsavelmente uma redução drástica das receitas próprias da Câmara Municipal com o falso argumento de que era necessário aliviar as finanças dos municípios, quando, de facto, arruína as finanças dos municípios, porque são questões que não dependem do município como a especulação na habitação, nos juros bancários, nos alimentos, nos medicamentos, na eletricidade, nos combustíveis entre tantos outros fatores, onde os governos tinham a obrigação de intervir e não intervêm e aí sim aliviaríamos e muito as finanças dos municípios.

Sobre a correção técnica do documento aqui em apreciação, remetemos para a opinião expressa pelo Revisor Oficial de Contas no seu parecer de que o Relatório de Gestão Consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais. Sendo, por isso, de louvar a capacidade técnica dos trabalhadores da Câmara Municipal demonstrada na elaboração deste documento.

O Revisor Oficial de Contas aponta, também, algumas reservas que, no geral, são as mesmas e idênticas às colocadas à Prestação de Contas da Câmara Municipal, sendo por isso natural que as aqui tenha colocado outra vez.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 11 votos contra, 10 do PS e 1 da IL, e 8 abstenções, 6 do PPD/PSD, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 42.

**9. Deliberação n.º 042/2024/AM – Delib. CM n.º 360/2024 – Projeto de Regulamento para a criação da Taxa Municipal Turística de Setúbal**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, do PPD/PSD, do CH e do PAN, e as abstenções do PS, do BE e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

**Marco Costa (PS)** – Neste projeto de Regulamento para a criação da Taxa Municipal Turística de Setúbal que pretende consagrar uma taxa que incida sobre todas as dormidas em empreendimentos turísticos e estabelecimentos de alojamento local, parques de campismo localizados no Município de Setúbal, tem a bancada do PS acrescentar, em primeiro lugar, no número um, no que respeita às disposições jurídicas para a formação deste tipo de regulamentos municipais, a participação efetiva dos cidadãos no procedimento de formação destas decisões dos poderes públicos consagrada no número um do Código de Procedimento Administrativo, foi cumprida, de facto, tendo sido o projeto de regulamento submetido a audiência dos interessados num prazo razoável por um período não inferior a 30 dias.

Foram assim ouvidos a AHRESP, a Associação Baía de Setúbal, a empresa SAL, a empresa Moinho do Marco, mas ao contrário do que foi debatido nesta sessão no que respeita ao Plano de Ação Climática, na nossa opinião não se compreende a dispensa de consulta pública e de uma ampla participação dos cidadãos nesta matéria, assim como de instituições relevantes e de inquestionável idoneidade e competência para contribuir para esta questão como, por exemplo, a Escola de Hotelaria e Turismo, o Instituto Politécnico ou a Escola Profissional, isto num Município, cujo logótipo se assume como Setúbal Município Participado.

Esta dispensa de consulta pública é apenas justificada, *“Atendendo à natureza da matéria considera-se que as prescrições do projeto de regulamento que agora se submete não carece de uma ampla participação dos cidadãos, uma vez que foram ouvidos os agentes do setor implicados direta ou indiretamente no citado regulamento.”*. Na nossa opinião, não víamos aqui qualquer impedimento para ser suscitada a consulta pública com uma participação mais ampla dos cidadãos.

Em segundo lugar, se com este projeto de Regulamento para a criação da Taxa Municipal Turística se pretendia fixar um valor diferenciado para cada época do ano, e se o contributo de uma das entidades que participou na consulta foi sugerir o valor de 1€ para a época baixa, de 1 de novembro a 30 de abril, e de 2€ para a época alta, de 1 de maio a 30 de outubro, também não compreendemos por que razão a Câmara Municipal de Setúbal fixa este valor como único e correspondente ao valor máximo de 2€ por todo o período do ano.

Em terceiro lugar, ainda mais incompreensível é se com este projeto de Regulamento da Taxa Municipal Turística se pretendia garantir que o pagamento desta taxa fosse proporcional à efetiva utilização dos turistas na cidade, cumprindo-se, deste modo, o princípio da equivalência jurídica, não se compreende como é que a Câmara Municipal de Setúbal isenta de pagamento os estabelecimentos de Alojamento Local com capacidade inferior a 10 camas.

Aqui ressalvo que não se trata de sermos contra as unidades de Alojamento Local, porque não é isso que está em causa, até porque não são as unidades de Alojamento Local que pagam esta taxa, é o turista que paga essa taxa, elas são apenas intermediárias que recebem e que entregam o dinheiro que recebem à Câmara Municipal de Setúbal e que recebem uma pequena comissão pelos serviços que prestam.

Nesta proposta surgiram na realidade uma série de isenções ao pagamento desta taxa, que até consideramos razoáveis. Por exemplo, a estadia por procura de tratamento médico, a estadia por pessoas com incapacidade superior a 60%, a estudantes em Erasmus, a professores em formação, ou profissionais de turismo, guias ou atividades de Apoio ao Desenvolvimento do Turismo de cariz mais social ou educativa. Mas, estas isenções de pagamentos aos hóspedes em unidades de Alojamento Local de capacidade inferior a 10 camas, nem sequer é um isenção, é uma não incidência desta taxa prevista no artigo 3 do regulamento que diz e passo a citar *“A taxa de dormida é devida por cada hóspede, com idade superior a 18 anos e por cada noite até a um período máximo de 5 noites por pessoa, em qualquer tipologia de alojamento nos empreendimentos turísticos, nos estabelecimentos de Alojamento Local superior a 10 camas e nos parques de campismo, como tal consideradas nos respetivos regimes jurídicos situados no concelho de Setúbal.”*. Ou seja, tendo em conta isto, por que razão é que um turista em Setúbal paga uma taxa se dormir num Hotel e não paga essa taxa se dormir num Alojamento Local com menos de 10 camas? Qual é a diferença entre um turista que pernoita num Alojamento Local com mais de 10 camas ou de um turista que pernoita num Alojamento Local T0 ou T1 com menos de 10 camas? Como é que se compreende que um turista que pernoite em Setúbal numa tenda no parque de campismo vá pagar uma taxa turística, enquanto um turista que durma numa unidade de Alojamento Local num T0 de luxo ou um T1 de luxo no centro de Setúbal com um único quarto e com capacidade inferior a 10 pessoas não pague esta taxa?

Volto a dizer que não é uma questão de sermos contra o Alojamento Local, não temos qualquer questão de princípio neste aspeto, é uma questão apenas de percebermos ou de compreendermos como é que se cria esta distinção, se ela é justa, se é juridicamente aplicável e se nós podemos, de facto, votar e ratificar.

Tendo em conta a posição do PS, que será a abstenção, nunca porá em causa qualquer aprovação desta proposta.

**Flávio Lança (IL)** – Se nós compreendemos a lógica de aplicação desta taxa, não compreendemos e até arrisco-me a dizer que este fundamento económico ou financeiro que vem aqui na proposta, foi feito de forma bastante descuidada. Consigo entender que um turista que vem à cidade, que consome água, que deita lixo, que pode ter um acidente e utiliza os nossos serviços de saúde acho que isso faz sentido e não somos contra esta taxa turística.

Agora, quando se começa a olhar para o fundamento económico e aquilo que se vê é que quando se pega nas despesas da Câmara, temos 1% de turistas, portanto, o custo para a Câmara é de 500 mil euros. Isto não está nada ligado à utilização dos turistas.

Mais à frente, pegamos na divisão do turismo, olhamos para os custos e aplicamos 20%, e mais, temos aqui uma rubrica que diz “Bens para venda”, isto não é despesa. Bens para venda, no mínimo, acho que a Câmara vai vender ao preço de custo, 20% disto também está alocado como custo de turismo.

A Iniciativa Liberal, como já disse, não é contra a taxa turística, acha que esta proposta não está formulada com o cuidado devido e vai-se abster.

**Rui Lamim (PSD)** – Apenas uma intervenção breve para dizer que nós iremos aprovar esta taxa e este regulamento como está e iremos solicitar, de imediato, que no primeiro ano a origem destes fundos, deste dinheiro captado junto dos turistas seja aplicado para a promoção do turismo e para a qualidade do ambiente turístico desta cidade. Nós gostaríamos de fazer uma avaliação dessa mesma captação de dinheiro e aplicação.

**Vítor Rosa (BE)** – Este é um regulamento muito semelhante a tantos outros que existem pelo país fora, alguns mais pretensivos na sua recolha de valor/taxa, veja-se Lisboa que recebeu crítica de várias entidades dos setores ligados ao turismo e outros, e o caso de Setúbal que chega a este novo patamar da intensidade turística que assola o nosso concelho.

À parte das isenções apresentada neste regulamento, outras questões se levantam com a capacidade de resposta à crescente pressão turística que vamos sentir no dia a dia e temos dúvidas que este regulamento dê respostas. Cinquenta por cento das receitas desta taxa vai para a comercialização da oferta turística, ou seja, mais promoção e mais pressão turística para o futuro. Trinta por cento vai para a criação e estruturação do produto turístico, estamos aqui a falar do quê? O que é entendido por criação e estruturação do produto turístico? Estamos a falar de mais postos de turismo? Mais espetáculos de atração turística, mais Mercados da Conceição? É que estes 30% são para o orçamento exclusivo para esse fim dos serviços de turismo da Câmara, o que já existe nesta área, precisa de mais valor no orçamento? Em contrapartida, apenas 10% são para projetos de Conservação da Natureza e Ambiente, espaço em territórios que irão, de certeza, ser bastante pressionados com o aumento da oferta turística. Os restantes 10% para projetos de acessibilidade turística e do turismo regenerativo, onde mais deveria ser investido em campos como free gás e água para hóspede e promoção da poupança, redução dos resíduos com campanhas nos estabelecimentos de alojamento, abastecimento de alojamentos turísticos com produtos da região para redução da pegada ambiental e sentido da eficiência energética para redução de emissões.

Perante todas estas dúvidas e lacunas do regulamento, votaremos pela abstenção desta deliberação deixando ainda as seguintes perguntas ao executivo sobre a liquidação da taxa. Embora o regulamento nos seus artigos 5º, 6º, 7º e 8º aborde este assunto nas suas diferentes vertentes, haverá uma plataforma digital que permitirá a sua conferência de valores entre o número de hóspedes registados e o pagamento correspondente? Permitirá o sistema, por falhas de fiscalização, permitir o esquecimento ou em anos nos números apresentados e dessa forma o erário público ser prejudicado?

**Luís Maurício (CH)** – Vamos acompanhar esta proposta, mas como foi há pouco referido, também no final do 1º ano, vamos requerer o relatório para sabermos onde foi investido o dinheiro da taxa e a partir do 1º ano vamos tirar as nossas conclusões para no futuro podermos fazer o nosso voto da melhor maneira.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três Deputados Municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 25 votos a favor, 17 da CDU, 6 do PPD/PSD, 1 do CH e 1 do PAN, e 9 abstenções, 7 do PS, 1 do BE e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 43.

**10. Deliberação n.º 043/2024/AM – Delib. CM n.º 362/2024 – Abertura de procedimento concursal para cargo de direção intermédia de 2.º grau e designação da composição do respetivo júri de recrutamento**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois Deputados Municipais, um da CDU e um do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 44.

**11. Deliberação n.º 044/2024/AM – Delib. CM n.º 366/2024 – Concurso público n.º 27/2024/DAF/DICOMP/SECOMP para construção e concessão do direito de utilização privativa de um equipamento de apoio de praia com serviço de apoio de praia simples e exploração de apoio balnear na praia de Albarquel**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e do PPD/PSD, as abstenções do PS, do CH, do PAN e da IL e o voto contra do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer desfavorável por maioria, com o voto contra do BE, as abstenções do PS, PPD/PSD, do CH, do PAN e da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

**Rui Lamim (PSD)** – Desejávamos colocar a seguinte pergunta, trata-se da concessão de um de dois apoios de praia, correto? O outro apoio de praia não vai a concurso agora, porquê desta escolha, desta estratégia de partir as duas concessões em dois concursos e o que é que está previsto, no que diz respeito a acessibilidades, nomeadamente, a estacionamento e acesso dos autocarros?

**Vitor Rosa (BE)** – A abertura deste concurso público irá, em nossa opinião, abrir as portas à privatização de parte da praia de Albarquel e com todos os constrangimentos que isso tem para todos os setubalenses e azeitonenses, que optem pela sua utilização. A praia de Albarquel, pela sua natureza, já é uma praia com bastantes condicionalismos, sejam eles de acesso de transportes, seja dos espaços à subconcessão que limitam assim áreas disponíveis de acesso a pessoas ou famílias que não têm capacidade de pagamento de áreas concessionadas, limitando dessa forma áreas onde possam usufruir da praia.

Reivindicamos a entidades e Governo resposta à segurança e o usufruto dos espaços públicos que devem ser de todos, mas abrimos concursos para privatizar esses espaços públicos, demitindo-nos, Poder Local, do apoio base ao lazer das nossas populações.

Recentemente tivemos na Grécia, uma revolta das populações sobre o acesso gratuito às suas praias e natureza, a troco de uma renda de 1.200 euros mensais por uma concessão de 20 anos, esta Câmara dá um sinal aos seus cidadãos em sentido contrário do que é o direito às suas praias.

Tivemos a negação do anterior Governo em relação ao uso do passe navegante no acesso às praias de Troia, temos as dificuldades de acesso às praias da Arrábida, no futuro teremos dificuldades de acesso à Albarquel, só nos restando, qualquer dia, o mergulho na Doca das Fontainhas.  
Este é um negócio com o qual não concordamos e votamos contra.

**Tiago Pereira (PS)** – A bancada da Assembleia Municipal do Partido Socialista concorda com o concurso público, no entanto iremo-nos abster nesta votação, uma vez que consideramos que o concurso não se deve cingir apenas a um único critério. Julgamos que existindo outros critérios, conseguiríamos ter um melhor investimento e qualidade do serviço.

**Vereadora Rita Carvalho** – Sobre a questão colocada relativamente às concessões, aquela praia tem duas concessões de apoios balneares, foi tomada uma decisão em Câmara relativo ao C1 que está válido até 2026 ou até ao momento em que ocorra um novo concurso.  
Diz a boa prática, que um dos apoios balneares deve ficar associado ao apoio de praia, e é isso que ocorre neste concurso, e em relação ao outro será posteriormente iniciado um novo procedimento concursal só para o apoio balnear.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 1 voto contra do BE, e 18 abstenções, 9 do PS, 6 do PPD/PSD, 1 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 45.

**12. Deliberação n.º 045/2024/AM – Delib. CM n.º 384/2024 – Alteração ao loteamento Municipal do Bairro Novo do Casal das Figueiras – Processo n.º 1316/23**

**Ilídio Ferreira (PS)** – A Comissão de Urbanismo e Mobilidade emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um Deputado Municipal do PS.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 46.

**Presidente da Mesa** – Deixem-me esclarecer, já sei que isto vai continuar em dúvida daqui em diante, a proposta que votámos sobre o empréstimo que exigia a maioria absoluta, foi aprovada por maioria relativa dos membros presentes na sessão e não estará em condições do executivo dar seguimento, mas essa ponderação é do executivo, não é da Assembleia. Não se constituiu a maioria absoluta dos membros do órgão.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e trinta e cinco minutos do dia 28 de junho, de dois mil e vinte e quatro.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e sete de setembro de dois mil e vinte e quatro, contém quarenta folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



---

Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



---

Eusébio Manuel Candeias

---

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.*

*Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*